



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

DANIEL LINS BATISTA GUERRA

OS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E OS GASTOS DOS ESTADOS NO  
BRASIL: 1995-2013

João Pessoa-PB  
Junho de 2016

DANIEL LINS BATISTA GUERRA

OS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E OS GASTOS DOS ESTADOS NO  
BRASIL: 1995-2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Dr. Adriano Nascimento da Paixão  
Co-orientador: Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho

João Pessoa-PB  
Junho de 2016

## **FOLHA DE AVALIAÇÃO**

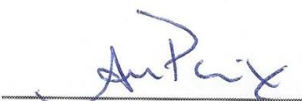
**DANIEL LINS BATISTA GUERRA**


### **OS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E OS GASTOS DOS ESTADOS NO BRASIL: 1995-2013**

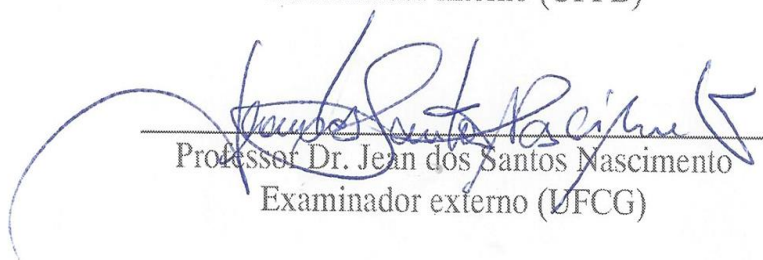
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Economia.

Submetida à apreciação da banca examinadora, sendo aprovada em: 03 / 06 /2016

#### **Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Professor Dr. Adriano Nascimento da Paixão  
Orientador – Examinador interno (UFPB)

  
\_\_\_\_\_  
Professor Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho  
Examinador interno (UFPB)

  
\_\_\_\_\_  
Professor Dr. Jean dos Santos Nascimento  
Examinador externo (UFCG)

*Dedico este trabalho aos meus pais, Glauco e Flávia, por todo amor e carinho dedicados a nossa família.*

## AGRADECIMENTOS

*Inicialmente gostaria de agradecer ao PPGE, e todo seu corpo docente e de servidores, especialmente aos Professores, Dr. Adriano Nascimento da Paixão e Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho, orientador e co-orientador desta Dissertação, que me proporcionaram aprendizados, ensinamentos e diretrizes inestimáveis à realização deste trabalho.*

*Ao professor Ivan Targino Moreira, a quem jamais deixarei de empenhar minha profunda admiração, respeito e gratidão, por toda ajuda, orientação e confiança a mim dedicadas nos primeiros e decisivos momentos de estudante de graduação em economia, sem as quais fatalmente eu não teria chegado até aqui.*

*A todos os colegas da turma PPGE/2014, pelos momentos de estudo e colaboração, de descontração, de apoio e encorajamento para superar os sentimentos de cansaço e vacilação.*

*Aos meus pais, Glauco e Flávia, pelo imenso amor que me dão, pelas lições que me ofertam e por todos os incentivos, esforços e sacrifícios que realizaram e que permitiram que eu materializasse sonhos em conquistas.*

*A minha irmã amada Luiza, fonte de alegria e inspiração. Os laços que nos unem nos fazem mais fortes e a estarmos sempre perto, mesmo quando distantes.*

*A minha amada esposa Cristhiane, por todo amor, apoio, compreensão e o conforto dados sempre.*

*A todos os amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.*

*A Deus, criador de todas as coisas, que permitiu que eu tivesse em minha vida essas pessoas maravilhosas.*

## SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO	08
ABSTRACT	09
INTRODUÇÃO	10
<b>2. REVISÃO DA TEORIA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS</b>	16
<b>2.1.1 Modelo oportunista tradicional</b>	17
<b>2.1.2 Modelo oportunista racional</b>	21
<b>2.1.3 Modelo partidário tradicional</b>	25
<b>2.1.4 Modelo racional partidário</b>	26
<b>2.2 Estudos empíricos de ciclos políticos econômicos</b>	30
<b>3. METODOLOGIA</b>	35
<b>3.1 O modelo de dados em painel</b>	36
<b>3.2 Dados da pesquisa</b>	39
<b>3.3 Classificação dos partidos políticos no Brasil</b>	42
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES</b>	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	60
<b>REFERÊNCIAS</b>	63
<b>ANEXO</b>	72

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

### QUADROS

Quadro 2.1 - Tipologia dos modelos de ciclos político-econômicos	17
Quadro 3.1 - Variáveis explicativas do comportamento fiscal dos estados	42
Quadro 3.2 - Classificação partidária e resultados das eleições para governos estaduais – 1994/2014	43

### TABELAS

Tabela 4.1 – Estimções para a Despesa Total e a Despesa Corrente dos Estados – 1995/2013	48
Tabela 4.2 – Estimções para a Despesa Capital e de Investimentos dos Estados – 1995/2013	50
Tabela 4.3 – Estimções para a Despesa de Pessoal e com Habitação e Urbanismo dos Estados – 1995/2013	52
Tabela 4.4 – Estimções para a Despesa de Transporte e de Educação dos Estados – 1995/2013	55
Tabela 4.5 – Estimções para as Despesas com Obras e Urbanismo dos Estados - 1995/2013	57

## RESUMO

A contaminação da gestão das economias por interesses políticos e partidários e a manifestação de ciclos econômicos induzidos pelo calendário eleitoral vem sendo alvo de variados estudos nacionais e internacionais. O objetivo deste trabalho é verificar se existem evidências empíricas de Ciclos Político-Econômicos para os governos estaduais do Brasil, analisando-se as políticas fiscais e os resultados eleitorais no período de 1995 a 2013. Busca-se averiguar se os governos estaduais manipulam os gastos públicos como medida de sinalizar competência diante dos eleitores para com isso ampliar as chances de vitória eleitoral do governante/partido no poder. Secundariamente será verificado se os gastos são afetados por razões ideológico-partidárias. Foi utilizado como referencial teórico os postulados propostos na Teoria de Ciclos Políticos Econômicos assentados fundamentalmente por Nordhaus (1975), Rogoff (1990), Hibbs (1977) e Alesina (1987). A base fundamental do referencial teórico utilizado é a vinculação das políticas econômicas e seus consequentes resultados a interesses eleitorais e de projetos de poder político. Foram realizadas estimações econométricas utilizando-se Dados em Pannel, na tentativa de verificar se houve manipulações dos instrumentos fiscais em períodos eleitorais, conforme prescrito pelos Modelos Teóricos Oportunistas. Os resultados evidenciaram a presença de CPE nos gastos públicos a nível estadual no Brasil, seguindo, em termos gerais, os pressupostos delineados pelo modelo oportunista. Os gastos públicos são ampliados nos anos eleitorais em comparação com os demais anos dos mandatos, confirmando-se a hipótese adotada. A presença da influência do calendário eleitoral na evolução dos gastos públicos foi observada de forma mais contundente em algumas funções despesas específicas, quais sejam, despesas de capital, investimentos, obras e urbanismo. Observou-se que não há uma diferença importante que distinga grupos ideológicos na política fiscal dos Estados no Brasil. A conclusão é de que a realização dos gastos públicos estaduais no Brasil é afetada pelo calendário eleitoral, oscilando de maneira cíclica conforme previsto na teoria dos Ciclos Políticos Econômicos. Tal comportamento ocorre de forma indistinta entre os governos, independentemente do grupo ideológico-partidário em que estejam inseridos os seus governantes.

**Palavras-Chave:** Ciclos políticos-econômicos; política fiscal; dados em painel.



## **ABSTRACT**

The contamination of the economies' public management by both political and partisan interests and the manifestation of economic cycles induced by electoral calendar has been the target of several studies both national and international. The aim of this work is to verify if there are empirical evidences of political-business cycles for the state governments of Brazil, being analyzed the fiscal policy and electoral results in the period from 1995 to 2013. Pursuit up to investigate if state government manipulates public spending as a way of showing competence to voters for with this to expand the electoral winning chances of the current ruler or political party. Secondarily will be verified if public spending is affected by ideological-partisan reasons. Was used as theoretical mark the proposed postulates by the Theory of Political Economic Cycles proposed fundamentally by Nordhaus (1975), Rogoff (1990), Hibbs (1977) and Alesina (1987). The fundamental basis of the theoretical foundation used is the linking of economic policies and its results in electoral interests and political power projects. Econometric estimates were realized using panel data, in an attempt of verify if there was manipulation of fiscal instruments in electoral periods as prescribed by opportunistic theoretical models. The results showed the presence of PBC in public spending at state level in Brazil, following, in general terms, assumptions outlined by opportunistic model. The public spending is increased at election years in compared to the others years of the mandate, confirming the adopted hypothesis. The presence of electoral calendar influence in the evolution of public spending was observed in a stronger way in some specific expenditure functions, which are, capital expenditures, investments, works and urbanism. Was observed that there is no important difference that distinguishes ideological parties in fiscal policy in Brazilian's states. The conclusion is that the realization of public spending of the states in Brazil is affected by electoral calendar, oscillating cyclically according foreseen in the theory of Political Business Cycles. Such behavior occurs indistinctly between governments, independently of the ideological-partisan group or its rulers.

**Key-Words: Political Business Cycle; Fiscal Policy; Panel Data**

## INTRODUÇÃO

Afirmar que existe relação entre economia e política não passa de uma tautologia. A economia não caminha de forma autônoma, mas é resultado das interações entre os diversos agentes econômicos. Ao Estado enquanto agente econômico compete múltiplos papéis a fim de assegurar o bom funcionamento da economia, o progresso e o bem-estar de toda a sociedade. As diferentes políticas públicas acionadas pelos governos impactam diretamente os resultados econômicos, estimulando ou restringindo a atividade produtiva, o nível de emprego e demais agregados econômicos. Por seu turno, a escolha da política a ser adotada pelo Estado, dentre o rol de possibilidades, mormente em um regime democrático, depende das intermitentes interações políticas ocorridas no seio da sociedade.

Neste sentido, o regime democrático além de promover a descentralização do poder (e com ela a difusão das decisões coletivas), oferece as condições necessárias para facilitar o excesso de solicitações, que leva a um processo de fragmentação e competição das organizações políticas (Matias-Pereira, 2006). Por isso, os governantes não tomam suas decisões visando apenas maximizar o bem-estar da sociedade, mas também como forma de atender aos pleitos - que nem sempre são escolhas ótimas - defendidos pelo seu grupo de apoio, que pode ser formado pelas mais diversas organizações da sociedade (empresas, sindicatos, organizações sociais, etc.), assim como, com fins de obtenção/manutenção de legitimidade e poder. Ao definir os objetivos dos governos e as medidas para alcançá-los, interferem invariavelmente, por intermédio de suas decisões, na situação econômica da população. Esta, por sua vez, pauta suas decisões de escolha dos governos com base fundamentalmente nas expectativas de ganhos econômicos futuros. Assim, pode-se estabelecer uma relação direta entre resultados econômicos e eleitorais: a situação da economia interfere, em maior ou menor grau, nas decisões eleitorais dos cidadãos; enquanto que as políticas econômicas são utilizadas para, ao menos em parte, a conquista de apoio eleitoral.

A análise em torno da relevância das eleições e da ideologia partidária nos resultados macroeconômicos tem se tornado assunto de extrema importância no debate econômico atual. Tal análise passou a figurar com mais intensidade nas discussões econômicas a partir dos trabalhos seminais desenvolvidos na década de 1970 por Nordhaus (1975) e Hibbs (1977), que haviam sido precedidos por Downs (1957), cujas

formulações impulsionaram os estudos na linha de pesquisa conhecida como ciclos político-econômicos (*political business cycles*).

A teoria dos ciclos político-econômicos (CPE) se desenvolveu por duas abordagens distintas, mas paralelas, para analisar a relação entre o sistema político e a política macroeconômica. Por um lado, o modelo oportunista considera que o único objetivo dos políticos é permanecer no poder. Desse modo, a escolha das políticas econômicas dos partidos, é feita considerando que os efeitos que essas políticas geram sobre a economia assumem papel secundário, exceto na medida em que influenciam as escolhas eleitorais dos eleitores. As políticas econômicas de todos os partidos políticos, ou seja, de todos os governos, são guiadas fundamentalmente por interesses eleitorais. A partir dessa hipótese chega-se ao resultado de que, para uma determinada função de voto e estrutura da economia, em um sistema bipartidário, ambos os partidos propõem a mesma plataforma para os eleitores e implementam as mesmas políticas, independente de qual seja eleito.

A base conceitual desse enfoque foi firmada por Downs (1957) em sua concepção de que todos os partidos políticos são maximizadores de votos, mas a consolidação dos fundamentos da teoria oportunista foi elaborada por Nordhaus (1975). Este último ao estudar as decisões de escolha pública intertemporal entre inflação e desemprego em economias democráticas desenvolvidas, concluiu pela existência de um padrão previsível de política. Os governos em geral adotariam uma austeridade relativa nos primeiros anos de gestão passando ao final, na proximidade das eleições, a promover medidas expansionistas.

Um contraponto ao modelo oportunista tradicional foi apresentado por Hibbs (1977) na sua teoria de ciclos partidários. Este modelo alternativo considera que os partidos políticos possuem ideologias e programas próprios de modo que as suas decisões de políticas econômicas não visam simplesmente alcançar/manter o poder, mas também implementar as políticas programáticas partidárias defendidas por sua base de apoio. Nesse caso, nem os votantes possuem preferências homogêneas, nem os partidos são iguais em termos ideológicos.

O resultado do modelo de Hibbs (1977) sugere que os partidos de direita são apoiados pelas classes mais abastadas e com uma maior aversão à inflação, enquanto aproxima os partidos de esquerda às classes mais desfavorecidas e a uma maior preocupação com o combate ao desemprego, não negando a importância de ambas as variáveis para os partidos. Nesse caso os partidos de esquerda seriam mais benevolentes

com a inflação e por isso adotam políticas mais expansivas para alcançar um maior nível de emprego, enquanto os partidos conservadores de direita agem de forma contrária priorizando o controle inflacionário. Ou seja, sob este enfoque os governos em geral adotam políticas macroeconômicas de acordo com os interesses econômicos objetivos e subjetivos de suas bases eleitorais.

Os modelos de Nordhaus (1975) e Hibbs (1977), previamente citados, pressupõem que os eleitores agem movidos por expectativas adaptativas, ou seja, a percepção dos eleitores está determinada pela experiência passada e por isso cometem erros sistemáticos. Esses modelos vêm sendo contestados por diversos autores como Rogoff (1990), Person e Tabellini (1990) e Alesina (1987) que, ao contrário, passam a considerar expectativas racionais, de tal forma que os eleitores compreendem perfeitamente o funcionamento do sistema político-econômico e não cometem erros sistemáticos.

Os modelos racionais oportunistas inovam ao aplicar dois conceitos importantes: por um lado reconhecem a existência de assimetria de informações entre eleitores e os governantes, sendo estes últimos mais bem informados a respeito da própria competência do que os primeiros; por outro lado passam a considerar a competência dos governos e a sinalização dessa competência como variáveis essenciais para explicar as decisões dos eleitores e governantes (Borsani, 2004). Ao considerar a hipótese de expectativas racionais, pressupõe-se que os eleitores são capazes de identificar se há manipulação da política econômica com fins eleitoreiros, neste caso, os eleitores podem punir o governante oportunista ao invés de reelegê-lo.

Destarte, assumindo-se que os governantes são motivados por interesses eleitorais, ou seja, por voto, e que os votantes (eleitores) apresentam um comportamento míope e não dispõem de informações perfeitas acerca dos governantes e/ou candidatos; a manipulação do orçamento público torna-se um instrumento fundamental para a sinalização de competência e para a maximização de votos dos governantes.

Estudos internacionais têm constatado vinculações entre a agenda eleitoral e a dinâmica das variáveis de gasto público estatais. Estudos empíricos têm testado a influência que o calendário eleitoral exerce sobre a execução fiscal e as despesas públicas regionais e têm encontrado que os governos são conduzidos de forma oportunista. Tais estudos demonstram que os gastos públicos tendem a elevar-se em anos eleitorais e declinar nos anos pós-eleitorais. Jula e Jula (2007), demonstrou a presença de PBC (*Political Business Cycles*) na política orçamentária dos municípios da

Romênia. Tal constatação também foi feita por Gámez e Ibarra-Yúnez para os gastos nos estados mexicanos e por Drazen e Eslava (2003), para os gastos dos estados da Colômbia e por Veiga (2004) para os municípios portugueses.

Com efeito, Rogoff (1990) salienta que a teoria de ciclos políticos orçamentários sugere que seria mais promissor concentrar a pesquisa empírica sobre testes para os ciclos eleitorais nos impostos, transferências e gastos de consumo do governo. Propõe testar os dados para as eleições estaduais e locais, em vez de se concentrar apenas no pequeno número de observações disponíveis para as eleições nacionais.

Apesar das pesquisas em torno dos ciclos políticos econômicos estarem em franco desenvolvimento em outros países, ainda há uma relativa escassez de trabalhos publicados nessa área no Brasil. A carência de trabalhos com este enfoque no Brasil, contrasta com a exposição constante nos meios de comunicação de temas relacionados ao uso da máquina pública nas eleições. Aparentemente o uso da manipulação de políticas econômicas na forma preconizada pelo modelo oportunista, ou seja, com ampliação dos gastos e investimentos ao final dos mandatos é uma prática corriqueira no país.

A contaminação da gestão da economia pela política e por interesses partidários, e as possíveis vantagens eleitorais advindas da posse no cargo executivo de presidentes, governadores e prefeitos, tem pautado discussões em amplos círculos de debates, inclusive no Congresso Nacional. Por outro lado, os partidos políticos no país parecem abandonar cada dia mais os princípios ideológicos programáticos que os diferenciam, apesar do pluripartidarismo nacional. Tais questões guardam direta ou indiretamente relação com ciclos políticos econômicos, assumindo-se que a condução da economia é afetada por interesses e regras do jogo político-eleitoral.

**Diante desse problema, este trabalho propõe a seguinte questão de pesquisa: existem evidências empíricas da presença Ciclos Político-Econômicos na condução orçamentária dos governos estaduais do Brasil?**

Desse modo, a principal hipótese a ser testada neste trabalho é a de que os governantes empregam políticas fiscais expansionistas próximos às eleições e restritivas no início dos mandatos. Além disso, será verificada a hipótese de os partidos de esquerda são mais perdulários e coniventes com o déficit fiscal, enquanto os partidos de direita são mais resistentes ao excesso de gastos.

Assim, procurando suprir a lacuna existente de estudos empíricos sobre esse tema, os objetivos delineados no trabalho são os seguintes:

- **Objetivo Geral:**

- Averiguar empiricamente se as despesas dos governos estaduais no Brasil se comportam por meio de Ciclos Político-Econômicos, com base nas políticas fiscais e os resultados eleitorais no período de 1995 a 2013.

- **Objetivos Específicos:**

- Verificar se os gastos públicos são manipulados nos governos estaduais como medida de sinalizar competência diante dos eleitores.
- Examinar se os gastos públicos estaduais são afetados por razões ideológico-partidárias.
- Averiguar em quais elementos de despesas orçamentárias existe maior presença de comportamento oportunista.

O presente trabalho, além analisar num período de tempo maior e mais recente ainda não estudado, atualiza e preenche um vazio existente na literatura. Além disso, amplia-se a análise da manipulação da política fiscal dos estados brasileiros em relação a várias funções-despesas, para as três composições ideológicas adotadas – direita, esquerda e centro. Esta abordagem traz uma inovação em relação a outros trabalhos que objetivaram estudar o referido tema, pois em geral se limitaram apenas a averiguar variáveis fiscais agregadas ou separaram as diferenças partidárias apenas entre os extremos ideológicos da esquerda e da direita.

Para abordar as questões propostas relacionadas ao Ciclo Político-Econômico nas gestões orçamentárias estaduais e atingir os objetivos delineados acima, este trabalho está organizado da seguinte forma: na próxima seção é feita a revisão da

teoria discorrendo-se sobre as diferentes abordagens acerca de ciclos político-econômicos, além de ser feita uma revisão nos trabalhos empíricos já realizados no Brasil e no Exterior acerca desse tema; na terceira seção é apresentada a metodologia indicando-se o modelo econométrico adotado e os dados que foram utilizados na pesquisa; na quarta parte os resultados das estimações são apresentados e discutidos. Em seguida é apresentada a conclusão com as considerações sobre os resultados encontrados no trabalho e encaminhamentos para a pesquisa na área.

## 2. REVISÃO DA TEORIA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Nesta seção será apresentada a literatura teórica e empírica relacionada ao objeto de estudo deste trabalho. Na parte teórica serão apresentados os principais corolários dos modelos de ciclos políticos e de controle eleitoral. Em sequência uma revisão dos trabalhos empíricos realizados nacional e internacionalmente com fundamentação em ciclos políticos econômicos será exposta.

Conforme mencionado sucintamente na seção anterior, os distintos modelos teóricos de CPE possuem uma essência muito próxima, a base dela é a vinculação das políticas econômicas e seus conseqüentes resultados a interesses eleitorais e de projetos de poder político. Borsani (2001) resume em três pressupostos básicos o modelo de ciclos eleitorais:

- o principal objetivo dos partidos no governo é manter-se no poder, por isso intervêm na situação econômica a fim de maximizar votos na próxima eleição;
- os resultados eleitorais dependem de forma significativa dos resultados econômicos; e
- os governos podem, mediante suas decisões e instrumentos de política pública, gerar antes das eleições um maior crescimento produtivo e uma diminuição do desemprego para níveis não sustentáveis a médio prazo, à custa de um aumento da inflação no período pós-eleitoral.

A diferença entre os modelos de CPE ocorre fundamentalmente nas motivações dos partidos/governantes e na racionalidade dos agentes. Um primeiro enfoque que será utilizado neste trabalho supõe que os governantes são eminentemente oportunistas, de modo que suas ações são voltadas exclusivamente para obtenção e permanência no poder.

Uma segunda abordagem pressupõe que os partidos são impelidos por motivações ideológicas. Neste caso, existem diferenças nas funções utilidades dos partidos: em geral os partidos de esquerda tendem a ser mais coniventes com a inflação e/ou déficit fiscal, enquanto os partidos de direita seriam mais refratários em relação ao excesso de gasto.



### Quadro 2.1

#### Tipologia dos modelos de ciclos político-econômicos

		O comportamento dos eleitores é baseado em:	
		Análise retrospectiva (adaptativa)	Análise prospectiva (racional)
O comportamento dos políticos tem motivação:	Oportunista	Modelo tradicional  (Nordhaus, 1975)	Modelo Racional oportunista  (Rogoff e Silbert, 1998; Rogoff, 1990; Persson e Tabellini, 1990)
	Partidária	Modelo tradicional partidário  (Hibbs, 1977)	Modelo Racional Partidário  (Alesina, 1987)

Fonte: Adaptado de Jula e Jula (2007).

O segundo ponto que distingue os modelos de CPE encontra-se na hipótese adotada quanto à formação das expectativas dos agentes. O modelo tradicional supõe que os eleitores possuem um comportamento retrospectivo e míope (expectativas adaptativas), enquanto que a abordagem alternativa adota a hipótese de comportamento racional.

#### 2.1.1 Modelo oportunista tradicional

É consenso na literatura que o trabalho desenvolvido por Nordhaus (1975) foi quem fincou as bases do modelo oportunista tradicional de CPE. O modelo parte do pressuposto de que o comportamento dos eleitores é sensível à inflação e ao desemprego. Considera a existência de um *trade-off* entre o nível de inflação e o de desemprego. Justifica esse fenômeno por admitir o mercado de trabalho competitivo e o poder de negociação dos setores sindicalizados, de tal forma que uma baixa taxa de desemprego ocasiona elevação do custo da mão-de-obra. Uma segunda proposição adotada é a aceitação de que há mais *trade-off* no curto prazo do que no longo prazo.

Uma dada mudança para baixo (cima) no nível do emprego leva a uma menor (maior) inflação no curto prazo do que no longo prazo.

Duas razões básicas são apresentadas para justificar esta diferença: em primeiro lugar, o pressuposto habitual é que o desemprego afeta salários monetários e os salários, em seguida, impactam os preços. Na medida em que há defasagens na relação entre desemprego e inflação, o efeito de curto prazo será menor do que o efeito a longo prazo. Em segundo lugar, há um *feedback* dos preços em relação aos salários. Uma inflação mais alta leva os agentes a esperar inflação também elevada no futuro. Esta taxa mais elevada de inflação esperada induz sindicatos e trabalhadores a intensificarem suas reivindicações salariais (ou seja, os trabalhadores consideram os salários reais, em vez de simplesmente salários nominais).

Assim o modelo supõe que a economia se guia por uma Curva de Phillips aumentada pelas expectativas de inflação, em que os eleitores avaliam positivamente um maior nível de emprego e negativamente uma maior taxa de inflação sendo que as expectativas do eleitorado em relação à inflação futura são adaptativas. Ao considerar que os eleitores ao votarem utilizam como parâmetro de avaliação de governo o desempenho econômico no passado recente, sendo as expectativas de inflação adaptativas, um governante oportunista buscará conduzir a política monetária de modo a induzir um ciclo de inflação-desemprego correspondente à duração do seu mandato. O candidato político oportunista não possui preferências sobre inflação e desemprego, mas se preocupa apenas com a reeleição. Sabe que os eleitores possuem memória curta e não conseguem prever efetivamente o desempenho macroeconômico futuro.

Desse conjunto de premissas resulta na existência de ciclos econômicos vinculados ao período eleitoral: o nível de atividade econômica é estimulado nos períodos mais próximos às eleições, com consequente aumento da taxa de inflação e redução do desemprego, seguido posteriormente por uma contração econômica gerada por políticas restritivas de caráter monetário e fiscal.

O objetivo do político é maximizar sua probabilidade de reeleição, enquanto que o comportamento do eleitor é retrospectivo posto que depende do desempenho econômico passado. O desempenho econômico em um dado período  $t$  é medido pelo comportamento da taxa de inflação atual  $\pi_t$  e da taxa de desemprego  $U_t$ , logo a insatisfação dos eleitores pode ser representada por uma função de perda positivamente relacionada a estas duas variáveis. Podemos utilizar por simplicidade a seguinte função-perda para os eleitores conforme sugerido por Drazen (2008a):

$$L(U_t, \pi_t) = U_t + \theta (\pi_t/2)^2 \quad (1)$$

Tal que  $\theta$  é o peso relativo dado pelo eleitorado entre desvios da inflação e o desemprego e onde (para simplicidade de exposição) presume-se que a taxa preferencial de inflação do eleitor representativo é zero. A função-voto retrospectiva para uma eleição no final do período  $t$  pode ser representada da seguinte maneira:

$$V_t = \omega \left( \sum_{n=0}^{t-1} \gamma(s) L(U_{t-n}, \pi_{t-n}) \right) \quad (2)$$

O número de votos  $V_t$  do candidato será uma função decrescente em relação à função- perda de resultados econômicos. O comprimento exógeno de tempo entre as eleições é  $T$  períodos e  $\gamma(s)$  é peso que os eleitores dedicam a uma perda ocorrida  $s$  períodos no passado. É assumido que  $\gamma(s)$  diminui em  $s$ , ou seja, quanto mais distantes no tempo passado estão os resultados econômicos menores efeitos possuem sobre os votos no instante  $t$ . Se  $\gamma(s)$  é rapidamente decrescente em  $s$  os eventos muito recentes são ponderados mais fortemente pelos eleitores. No extremo, se  $\gamma(s) = 0$ , para  $s > 0$ , então apenas resultados econômicos ocorridos no ano da eleição afetam os votos. Poderia ser incluído na função voto algum outro elemento estocástico não determinado  $\varepsilon$ , para representar eventos aleatórios, choques exógenos ou preferências não captadas, de modo a permitir a possibilidade de o candidato à reeleição não ser escolhido.

Seguindo ainda em busca de ilustrar como os *policy-makers* manipulam as políticas econômicas, pode-se utilizar o modelo de Nordhaus que representa a estrutura da economia por uma Curva de Phillips com expectativas aumentadas relacionando a diferença entre a taxa observada ( $U_t$ ) e a taxa natural de desemprego ( $U_t^n$ ) com a diferença entre a inflação atual ( $\pi_t$ ) e a esperada ( $\pi_t^e$ ). Fazendo uso da equação (3) para ilustrar uma Curva de Phillips:

$$U_t = U_t^n - (\pi_t - \pi_t^e) \quad (3)$$

Dado que os indivíduos possuem expectativas adaptativas, significa dizer que além de formar suas expectativas em relação ao valor esperado de alguma variável – como inflação e desemprego – de acordo com o resultado do período imediatamente

anterior, tem essas expectativas corrigidas com base nos desvios de previsão ocorridos no passado. Assim, por exemplo, se o indivíduo acertou exatamente sua previsão passada (em  $t-1$ ), não teria motivo para desconfiar que, utilizando do princípio, não acertaria o valor presente. Ou seja, nenhum ajuste seria necessário em sua formação de expectativas. Mas se houve uma subestimação ou superestimação do valor esperado da variável, o agente terá que reconsiderar suas expectativas e ajustá-las de acordo com o tamanho do erro que cometeu.

Desse modo, podemos perceber que um dos principais resultados do modelo acima é que a política inflacionária em um período eleitoral não pode ser totalmente antecipada e pode, portanto, diminuir a taxa de desemprego. Uma formulação padrão para a determinação taxa de inflação esperada é explicitada pela seguinte equação:

$$\pi_t^e = \pi_{t-1} + \beta(\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}) \quad (4)$$

Quando  $\beta$  é um coeficiente entre 0 e 1 que representa a velocidade com a qual a inflação esperada ajusta-se a erros de expectativas passadas. A equação (4) pode ser resolvida para encontrar  $\pi_t^e$  como uma média decrescente da soma das taxas de inflação passadas.

Pode-se resolver a equação (4) para analisar o desempenho do desemprego e a inflação ao longo do ciclo eleitoral. Quando os eleitores têm de memória curta - ( $\gamma(s)$  é pequeno, para  $s > 0$  - a economia passa a ser conduzida em direção a um ciclo político-econômico guiada pelo governante que buscará maximizar sua probabilidade de reeleição. O governante oportunista, sabedor da função-perda e da inexatidão das expectativas dos eleitores, no período imediatamente seguinte à eleição provoca recessão via política monetária restritiva com a finalidade de derrubar as expectativas inflacionárias. A atividade econômica será mantida aquém do seu potencial para manter a inflação esperada baixa até o momento mais próximo às eleições. Isso permitirá que se obtenha no ano de eleição, uma taxa de expansão econômica mais elevada (induzida por um choque monetário inesperado) com uma taxa de inflação relativamente baixa. O estímulo dado via expansão monetária inesperada, possibilitará em consequência um menor desemprego no curto prazo. Ao agir deliberadamente de forma oportunista o governante consegue maximizar a satisfação do eleitor no período eleitoral. Esse processo se repete no próximo ciclo eleitoral com o governo sendo iniciado por políticas

contracionistas e concluído por políticas expansionistas, seja na área monetária ou na área fiscal.

Portanto, a possibilidade de influenciar a probabilidade de reeleição, combinada com a estrutura da economia e do modo de formação de expectativas pelos agentes, gera um ciclo na atividade econômica, que não iria estar presente com um planejador com um horizonte infinito. O ciclo político assim induz um ciclo na atividade econômica e inflação (Drazen, 2008a).

### **2.1.2 Modelo oportunista racional**

Os trabalhos de Rogoff e Silbert (1988), Rogoff (1990), Persson e Tabellini (1990), incluem expectativas racionais aos ciclos oportunistas. Nessa abordagem, os agentes passam a compreender a dinâmica entre a política e a economia, impedindo os governantes de enganar persistentemente os eleitores. O comportamento dos agentes é baseado na utilidade esperada de modo que toda a informação disponível é utilizada de forma ótima na formação das expectativas. Contudo, admite-se que há assimetria de informações entre eleitores e governantes sendo que os primeiros não conhecem plenamente a competência e os interesses dos candidatos. Neste caso o voto do eleitor é destinado ao candidato que é percebido como sendo aquele mais eficiente. Sendo que os eleitores com preferências racionais escolhem candidatos que promovem expansão nos gastos antes da eleição, já que isso é entendido como sinal de competência. A competência dos políticos não é diretamente observada, mas sim avaliada conforme a capacidade que demonstram em ofertar mais bem públicos a um mesmo nível de imposto. Isto implica que os políticos são incentivados a revelar aos eleitores que são competentes e se preocupam com o bem-estar destes últimos. Logo, o governante/candidato indicará sua competência principalmente antes das eleições, aumentando os gastos e cortando impostos.

Como consequência os ciclos políticos econômicos são marcados por: manipulações de curto prazo imediatamente próximas às eleições através de elevação do gasto/déficit público, da inflação e da oferta monetária; política monetária restritiva após as eleições; inexistência de efeitos sistemáticos de longo prazo nas variáveis macroeconômicas.

As ideias básicas subjacentes podem ser representadas por uma versão simples do modelo em Rogoff (1990). No modelo, a economia tem um grande número

de (ex ante) cidadãos idênticos cujas funções-utilidade dependem de bens públicos e bens de consumo privado. O eleitor representativo está preocupado com o valor esperado de sua função utilidade,  $E_t^P(\Gamma_t)$ , que pode ser ilustrada do seguinte modo:

$$\Gamma_t = \left( \sum_{s=t}^T [U(c_s, g_s) + V(k_s) + \eta_s] \beta^{s-t} \right) \quad (5)$$

Na equação (5),  $c_s$  é o consumo de bens privados pelo cidadão representativo,  $g_s$  é o consumo do governo e  $k_s$  o investimento público, ambos em termos per capita. As funções  $U$  e  $V$ , são estritamente côncavas com  $U_1, U_2, V' > 0$ . Adicionalmente  $V$  satisfaz as condições de Inada, a primeira derivada de  $k$  tende a zero ou ao infinito. A taxa de desconto dos cidadãos é representada por  $\beta < 1$ , e  $T$  é o horizonte de tempo, que pode ir até o infinito. O termo  $\eta_s$  é o choque aleatório no período eleitoral  $t = 1$ , cujos efeitos não são conhecidos previamente à política de ajuste do político candidato. O eleitor maximiza o valor esperado de utilidade escolhendo um candidato em uma eleição no final do primeiro período.

Um gestor com competência administrativa ilustrada por  $\varepsilon$ , é aquele que consegue ofertar bens públicos no tempo  $t$  de acordo com (por simplificação são desconsiderados os tributos) o seguinte esquema:

$$\varepsilon = g_t + k_{t+1} \quad (6)$$

Onde se assume que  $\varepsilon$  não é diretamente observável. O investimento  $k$  é realizado um período a frente, então não é observável no momento corrente  $t$ . Assim, se o eleitor verifica um grande nível de  $g_t$ , ele não sabe exatamente se isso reflete a alta capacidade do gestor público em prover elevado volume de bens públicos ou se essa oferta está sendo feita sacrificando algum outro componente de despesa pública (nesse caso o investimento público) em algum momento futuro. A incerteza gerada pela informação assimétrica coloca o eleitor num dilema. Quando observa o governo elevar gastos antes de uma eleição – ampliando serviços, aumentando salários de funcionários públicos, realizando programas assistenciais, etc – ele não sabe se isto se trata apenas de uma manipulação fiscal, com o propósito de ludibriá-lo no momento da eleição, para, conseguido empurrar o engodo, num segundo momento a conta da manipulação cobrar

aumento de impostos ou corte de despesas futuras. Ou se na verdade a maior oferta de bens públicos deve-se exclusivamente à competência do gestor público.

Todos os agentes são considerados capazes de assumir a gestão pública - um governo Estadual, como é o caso deste texto. Porém, a capacidade administrativa de cada um é diferente num dado ponto no tempo. Para cada agente  $i$ , a habilidade de liderança e gestão, evolui de acordo com o processo estocástico serialmente correlacionado:

$$\varepsilon_t^i = \alpha_t^i + \alpha_{t-1}^i \quad (7)$$

Tal que cada  $\alpha$  é um resultado independente seguindo uma distribuição de Bernoulli com  $\rho = \text{prob}(\alpha = \alpha^H)$  e  $1 - \rho = \text{prob}(\alpha = \alpha^L)$ ,  $\alpha^H > \alpha^L > 0$ , resultando que  $\varepsilon_t^H > \varepsilon_t^L$ . O problema de escolha do eleitor é usar a observação de  $g_t$  para tentar inferir a probabilidade de que de fato o gestor público possui elevada capacidade, isto é, o problema é formar uma posterior  $\rho'(g_t)$ .

Os gestores públicos (governadores) são provenientes das fileiras dos cidadãos comuns e, como tal, eles derivam utilidade de bens de consumo público e privado, da mesma forma que os outros cidadãos. Contudo, como a posição de Governador é considerada uma posição de grande honra, status social e poder, o governante recebe um pagamento adicional chamado de “*ego rents*” de  $X$  por período que permanecer no poder. A utilidade do governante candidato é dada por:

$$E_t^i \Gamma_t + (\chi + q \sum_{s=t+1}^T \beta^{s-t} X) \quad (8)$$

Onde  $i$  denota o governante-candidato e  $\Gamma$  é dado por (5).  $E_t^i$  denota a expectativa formada pelo conjunto de informação do candidato no tempo  $t$ ,  $q$  é a probabilidade de ser reeleito ao final do primeiro período. O ponto fundamental é que a utilidade dos governantes depende não apenas do bem-estar da sociedade como um todo – contida no primeiro termo de (8) – mas também de seu particular *payoff*, ilustrada no segundo termo de (8) – importante destacar que nesse caso o *payoff* não está considerando a expectativa de ganhar outras “vantagens não contabilizadas” como parece ser frequente na função utilidade dos políticos brasileiros. Se a utilidade dependesse apenas daquela gerada pelo bem-estar social – o que seria ótimo, mas ingênuo de acreditar – os governantes-candidatos iriam conduzir a política fiscal

visando apenas alcançar o ótimo-social, não se preocupando em sinalizar a sua competência. Se, ao contrário, dependesse apenas dos retornos privados, os governantes-candidatos de baixa capacidade imitariam as ações daqueles considerados com alta capacidade, mas esquecendo-se em parte de agradar os eleitores não conseguiriam sinalizar e destacar suas competências.

Como já mencionado, sob informação assimétrica, a avaliação do eleitor sobre a capacidade administrativa de um candidato à reeleição estão condicionadas à observação de  $g_t$ . Essa avaliação pode ser circunscrita na probabilidade futura  $\rho'(g_t)$  de o eleitor atribuir ao candidato uma capacidade  $\alpha^H$  condicionada ao valor  $g_t$  observado. Dada a regra de votação racional, o candidato terá um incentivo para demonstrar ter grande capacidade administrativa.

O equilíbrio consegue separar os tipos de candidatos entre competentes e incompetentes conforme o nível de gastos que realizam. Os candidatos competentes conseguirão ofertar um maior nível de bens públicos mesmo que tenham o mesmo gasto que os incompetentes. Ou seja, o político/candidato com alta competência poderá investir,  $\varepsilon^H - \varepsilon^L$  em  $k_2$  para o mesmo nível de  $g_1$ , e uma vez que os políticos se preocupam com o bem-estar social, a concavidade  $v(k)$  implica que o governante competente poderá reduzir  $k$  a um custo marginal menor para si mesmo comparado ao menos competente, o aumento de  $g_1$  e perda de  $k$  é, portanto, menos custoso para o competente. O candidato incompetente terá sua solução de primeiro-melhor, a saber,  $g_1 = g^*(\varepsilon^L) = \varepsilon^L - k^*$ . Então, este resultado revela que o candidato com baixa capacidade ou incompetente quase certamente perderá a eleição.

Na decisão de seu voto, o eleitor representativo compara a utilidade esperada para cada um dos candidatos. Se  $v = 1$  denota o voto para o governante/candidato e  $v = 0$ , o voto para seu oponente, então:

$$v_t = 1 \text{ se } E_t^P(\Gamma_{t+1}^H) \geq E_t^P(\Gamma_{t+1}^L) \quad (09)$$

0, se o contrário

Assim, o resultado geral é que haverá uma expansão fiscal em um ano eleitoral em relação aos anos não eleitorais, não porque os eleitores são ingênuos, mas porque eles são sofisticados (Drazen, 2008b).



### 2.1.3 Modelo partidário tradicional

O modelo partidário formulado por Hibbs (1977) também utiliza da Curva de Phillips para explicar as oscilações no nível de emprego relacionando-as às eleições, mas diferencia a trajetória e posição na Curva de acordo com a ideologia que assumem os partidos políticos – direita ou esquerda, democratas ou trabalhistas, republicanos ou conservadores. Na verdade, ao contrário do modelo de ciclo de político oportunista, o modelo partidário afirma que os políticos maximizam funções objetivas diferentes. Tal suposição contrasta com o modelo de ciclo de político oportunista que assume os políticos como meramente oportunistas e com objetivo único da conquista/manutenção do cargo. Para chegar a essa conclusão Hibbs (1977) examinou os padrões de políticas macroeconômicas no pós-guerra e seus resultados associados às democracias capitalistas da Europa Ocidental e da América do Norte, separando-as entre aquelas governadas por partidos identificados com viés de esquerda e de direita. Argumenta-se que os interesses econômicos objetivos, bem como as preferências subjetivas das camadas da população de baixa renda e os que exercem ocupações mais básicas no mercado de trabalho, indicam que uma baixa taxa de desemprego é preferida relativamente a uma baixa inflação, enquanto que a população com renda mais elevada e os que pertencem a um grupo ocupacional com um padrão mais elevado, preferem uma taxa de desemprego maior confrontada a uma alta taxa de inflação.

Diante da diferença existente nas políticas adotadas pelos partidos, os ciclos político-econômicos irão diferir de acordo com a ideologia partidária do governante. O partido de direita tende a agradar a classe média alta, os ricos, os setores empresariais e a comunidade financeira, para isso, conduz a política econômica privilegiando o controle a baixos níveis da taxa de inflação. Por outro lado, os esquerdistas, focalizam as necessidades da classe média baixa e dos sindicatos, focando a política econômica no estímulo ao emprego. Inflação e desemprego têm consequências distributivas que ajudam a explicar essas diferenças. Ou seja, o desemprego será permanentemente menor e a inflação maior durante administrações de partidos de esquerda em comparação com administrações de direita.

Formalmente, podemos associar a função de perda dos eleitores (1) com uma representação das preferências do partido  $i$ , conforme equação (8) sugerida por (Drazen, 2008a):

$$L^i(U_t, \pi_t) = (U_t - U^j)^2/2 + \phi^j(\pi_t - \pi^j)^2/2 \quad (10)$$

Onde  $\pi^j$  é a taxa de inflação e  $U^j$  é a taxa de desemprego que maximiza a utilidade do partido  $j$  e  $\phi^j$  é o peso que o partido  $j$  confere aos desvios entre a inflação efetiva e a sua meta (preferida) relativamente a desvios do desemprego em relação ao seu nível ótimo de desemprego. Segundo o modelo partidário tradicional, os partidos de direita (DIR) e de esquerda (ESQ) são caracterizados por seguir preferências que podem ser sumarizadas como:  $U^{esq} \leq U^{dir}$ ,  $\phi^{esq} \leq \phi^{dir}$ , e  $\pi^{esq} \geq \pi^{dir}$ .

Logo, os partidos com ideologia de esquerda serão mais propensos a políticas monetárias expansionistas em comparação com os partidos de direita. Utilizando a mesma especificação para a relação entre desemprego e inflação em (3) e para expectativas adaptativas em (4), podemos demonstrar que o nível de atividade econômica e de inflação está sujeito a ciclos que caminham conforme a ideologia dos partidos que dirigem os governos.

#### 2.1.4 Modelo racional partidário

Na teoria partidária racional, eleitores diferentes têm preferências diferentes sobre inflação e desemprego - como na teoria partidária tradicional -, mas aqui eles votam no partido que proporciona a maior utilidade esperada. Implicações empíricas destes comportamentos são: efeitos partidários de curto-prazo após eleições – desemprego temporariamente mais baixo do que o normal e crescimento temporariamente acima do normal por cerca de dois anos após uma vitória eleitoral da esquerda; o resultado oposto após uma vitória eleitoral da direita; desemprego e crescimento tendem a voltar a sua taxa natural na segunda parte com ambos os tipos de governo; desvio de crescimento e desemprego de taxas naturais correlacionados com a quantidade de surpresa eleitoral; a inflação é permanentemente mais elevada quando a esquerda está no poder em relação à quando o partido de direita é quem governa (Jula e Jula, 2007).

O trabalho de Alesina (1987) tem sido apontado como o introdutor do modelo partidário com incorporação de expectativas racionais. Partindo de votantes prospectivos que se municiam do máximo de informação possível para formar

expectativas, desenvolve um modelo que põe a tônica nos ciclos políticos induzidos pela incerteza em relação ao resultado das eleições. Dessa forma os eleitores mesmo que possuam expectativas racionais não saberão qual partido vencerá as eleições e, por conseguinte qual política econômica será adotada, posto haver diferenças entre as propostas dos partidos de direita e esquerda. Presume-se que os partidos se preocupam com os efeitos inerentes de suas políticas programáticas e que possuem diferentes objetivos e incentivos.

Para ilustrar o funcionamento do ciclo, a economia é descrita por uma curva de Phillips de crescimento e inflação acrescentada com expectativas. Assume-se que os salários sejam previamente definidos para um período de um ano. Logo, no período imediatamente anterior à eleição os trabalhadores irão negociar seus salários com os empregadores observando as chances de vitória dos partidos de direita e esquerda de modo a obter a maior proteção à inflação. Portanto, a taxa de crescimento do salário nominal antes das eleições será dada pelas taxas de inflação esperadas dos partidos, ponderadas pelas probabilidades de vitória de cada um. Assume-se ainda que o crescimento real do produto é inversamente relacionado com o crescimento real dos salários, ignorando-se o capital físico e o crescimento da produtividade. Dada essa relação, o modelo conclui que o crescimento do produto e a evolução do desemprego serão diferentes de acordo com a orientação ideológica do partido ou coalizão no poder, mas restringe essa diferença aos primeiros anos do mandato. Isso porque o modelo pressupõe que apenas no curto prazo eventos surpresas podem desviar o emprego e a inflação de sua taxa natural.

Para representar a diferença entre efeitos econômicos na primeira parte e na segunda parte do mandato de um governante, Alesina (1987) divide o período do mandato em dois períodos e assume que ocorre eleição para cada outro período. Assume-se que um partido se preocupa apenas com o seu próprio mandato, de modo que a função objetivo do partido  $j$  no tempo  $t$  pode então ser escrita pela seguinte equação:

$$\Lambda_t^j = \alpha^j (x_t - x^{*j})^2/2 + (\pi_t - \pi^{*j})^2/2 + \beta (\alpha^j (x_{t+1} - x^{*j})^2/2 + (\pi_{t+1} - \pi^{*j})^2/2) \quad (11)$$

onde,  $\pi^j$  e  $x^j$  são as metas do partido para inflação e desvio do produto,  $\alpha^j$  é o peso relativo dado ao desvio do produto para o partido  $j$ , e  $\beta$  é o fator de desconto. Podemos ainda resumir a diferença entre os partidos:

$$\begin{aligned} x^L &\geq x^R \\ \alpha^L &\geq \alpha^R \\ \pi^L &\geq \pi^R \end{aligned} \tag{12}$$

Tal que  $L$  representa partidos com ideologia de esquerda e  $R$  partidos com ideologia de direita. Considera-se nos ciclos partidários que, pelo menos, uma das inequações acima deve apresentar desigualdade estrita.

Ao contrário dos modelos propostos por Nordhaus (1975) e Hibbs (1977) que adotaram o pressuposto de expectativas adaptativas, Alesina (1987) utiliza uma proposta alternativa onde a expectativa dos agentes é definida como racional. A expectativa de inflação  $\pi_t^e$  neste caso pode ser definida pela seguinte equação:

$$\pi_t^e = E_{t-1}(\pi_t) \tag{13}$$

Na determinação da evolução dos níveis de inflação e desemprego ao longo do mandato, a variável-chave no modelo é a inflação esperada nesses períodos, cuja expectativa está sendo formada antes da eleição no período  $t$ . O partido no poder escolhe sua política ótima, através da maximização (11) sujeito a (3), condicionado à inflação esperada em cada metade do mandato.

Fica mantida a hipótese também adotada nos modelos anteriores, de que o governo tem perfeito controle sobre a inflação. Por sua vez, as expectativas de inflação dependem da expectativa de quem vai vencer a próxima eleição. Se os resultados econômicos forem plenamente conhecidos, ou seja, quando as políticas dos partidos são totalmente previsíveis não há presença de nenhum ciclo. Neste caso as eleições não exercem nenhum efeito sobre a atividade real. Assim, a existência de ciclos político-econômicos depende da incerteza sobre os resultados da eleição. A inflação esperada após a eleição é a soma ponderada das políticas dos dois partidos ponderadas pela probabilidade que cada um possui de ganhar a eleição (Drazen, 2000):

$$\pi_t^e = q^L \pi_t^L + (1 - q^L) \pi_t^R \quad (14)$$

Sendo que  $q^L$  é a probabilidade do partido de esquerda vencer a eleição e  $\pi_t^L$  e  $\pi_t^R$  são as políticas ótimas dos dois partidos para a primeira metade do mandato que dependem não apenas de suas preferências de políticas (12) mas também da probabilidade  $q^L$  de se eleger, como a política ótima depende de  $\pi_t^e$ . Dado que os partidos de esquerda seguem uma política mais inflacionária em seus governos comparados aos partidos de direita, a expectativa de inflação dos agentes é formada entre esses dois valores – o valor esperado para governos de esquerda e de direita.

Dadas as incertezas dos agentes em relação aos resultados das eleições tem-se que quanto mais surpreendente for o resultado das eleições maior será a flutuação do produto da economia. Utilizando do exemplo formulado em Preussler e Portugal (2002), para ilustrar de forma simples como o produto da economia é afetado pelas expectativas em torno das eleições: se antes da data da votação as pesquisas apontarem o candidato do partido de direita como favorito, os agentes econômicos, conhecendo a ideologia do partido, irão esperar uma inflação baixa para o ano seguinte. Supondo que o resultado das urnas contradiga as pesquisas e o candidato do partido de esquerda seja eleito, o governante conseguirá reduzir a taxa de desemprego ( $U$ ) abaixo da sua taxa natural ( $U^n$ ) primeiro ano de mandato ( $t+1$ ), sem, contudo, elevar o nível geral de preços, pois as expectativas de inflação já haviam sido formadas. Posteriormente, à medida que os agentes econômicos reformulam suas expectativas de inflação, a taxa de inflação ( $\pi$ ) aumenta e a economia é reconduzida a sua taxa natural de desemprego ( $U^n$ ). Porém, se por ventura o resultado da eleição confirmar o que as pesquisas pré-eleitorais apontavam, o impacto sobre o desemprego das políticas restritivas implementadas pelo partido de direita será menor, pois os agentes já incorporaram essa informação ao formarem suas expectativas de inflação.

A partir desta revisão de literatura de Ciclos Político-Econômicos, o presente trabalho utilizará fundamentalmente as hipóteses adotadas pelos Modelos Oportunistas propostos por Nordhaus (1975) e Rogoff (1990). O trabalho de Nordhaus (1975) assume que em períodos eleitorais os *policymakers* adotam políticas expansionistas a fim de influenciar a decisão dos eleitores, conquistarem os seus votos e assim permanecerem no poder. Logo após vencerem as eleições, são adotadas políticas contracionistas para reequilibrar as finanças e trazer as variáveis econômicas para níveis

mais próximos do equilíbrio. Já em Rogoff (1990), o oportunismo político pode ser demonstrado através de uma análise do comportamento dos instrumentos de política fiscal em anos de eleições, nesses anos haveria um aumento dos gastos públicos e uma tendência de queda da receita pública, via redução de tributação, a fim de maximizar os votos do governante. Com efeito, Rogoff (1990) conclui que o equilíbrio da teoria de ciclos políticos orçamentários sugere que seria mais promissor concentrar a pesquisa empírica sobre testes para os ciclos eleitorais nos impostos, transferências e gastos de consumo do governo. Sugere testar os dados para as eleições estaduais e locais, em vez de se concentrar apenas no pequeno número de observações disponíveis para as eleições nacionais. Partimos basicamente dessa conclusão para testar a presença de ciclos políticos orçamentários no Brasil.

## **2.2 Estudos empíricos de ciclos políticos econômicos**

Conforme os modelos de ciclos político-econômicos evoluíram, diversos trabalhos foram formulados buscando comprovar empiricamente os aspectos propostos pela teoria. Os trabalhos têm se diferenciado não apenas pelo referencial teórico que utilizam dentre os modelos propostos em CPE, mas também em relação ao enfoque da avaliação, tendo a maior parte dos trabalhos centrado a análise em cima dos impactos nos principais indicadores econômicos tais quais: o crescimento do produto, o nível de emprego e a taxa de inflação; enquanto que outra parte, mais recentemente tem buscado observar a manipulação dos instrumentos de política econômica a exemplo de: gastos e transferências governamentais, investimentos públicos, gastos em assistência/programa social; tributação e subsídios; resultados de políticas públicas nas diversas áreas (saúde, educação, segurança). Além disso, os trabalhos diferenciam-se pelo objeto da análise podendo atingir níveis internacionais – abrangendo-se diversos países -, nacional ou mesmo no âmbito regional – estados e municípios. Diferentes métodos econométricos também têm sido utilizados: Mínimos Quadrados Ordinários, Mínimos Quadrados Generalizados, Auto Regressivo de Média Móvel (ARMA), Probit e Logit têm sido os mais comuns.

Vários trabalhos empíricos de ciclos políticos têm sido elaborados em nível de países industrializados. Entre os primeiros trabalhos constam alguns dos já citados na revisão teórica como: Nordhaus (1975), Hibbs (1977), Alesina (1987), Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990), Persson e Tabellini (1990). Podemos acrescentar a esta lista outros

trabalhos como os de: Kramer (1971), Burdekin (1985), Pettersson-Lidbom (2000), Roth (2012), Jacobson e Kernell (1983), Jacobson (1990), Fair (1996), Gerber (1998), Grossman e Helpman (1996) e Gius (2009).

A Teoria dos Ciclos político-econômicos foi aplicada por Martins (2002) para o caso da economia de Portugal. Utilizando-se de um modelo autoregressivo com dados do período de 1977 a 2000, testou-se a existência de efeitos partidários e oportunismo na condução da economia portuguesa observando os agregados: taxa de juro, taxa de crescimento, taxa de desemprego, taxa de crescimento das despesas totais, taxa de crescimento do agregado monetário, taxa de crescimento dos preços. Os resultados rejeitaram, na generalidade, a existência de efeitos partidários, mas foram encontrados indícios de oportunismo sistemático em várias séries, com destaque para a Taxa de desemprego e para alguns indicadores de política monetária. Apesar de alguma indicação de oportunismo, os modelos encontrados não permitiram assegurar, satisfatoriamente, o cumprimento das hipóteses eleitoralistas no caso português. Em relação à taxa de desemprego, a introdução da *dummy* política levou a resultados mais robustos no apoio à hipótese oportunista.

Através de um painel com 41 municípios da Romênia, Jula e Jula (2007), testaram a presença de CPE verificando séries de dados sobre as transferências estaduais para os orçamentos locais (municipais) e sobre o superávit orçamentário, adotando-se *dummies* para os anos eleitorais. Os resultados mostraram que econometricamente, existem sinais de PBC na política do orçamento em nível local, na Romênia.

Na América Latina a evidência empírica de ciclos políticos econômicos é mais limitada. Borsani (2001) analisou as eleições e o desempenho macroeconômico na América Latina no período de 1979 a 1998. Com um painel contendo 13 países, pôde-se concluir que o crescimento do PIB em anos de eleições, seja em eleições para presidente ou em eleições exclusivamente legislativas, não apresenta variação significativa, porém, demonstra que após as eleições há uma desaceleração da atividade econômica, o que sinalizaria ao menos parcialmente a existência de ciclos políticos.

O trabalho de Larraín e Assael (1995) confirmou a existência de CPE na oferta monetária, no produto e na política cambial para o Chile no período de 1939 a 1989. Os autores encontraram incrementos significativos na oferta monetária, na atividade econômica, e na inflação, antes das eleições.

Gámez e Ibarra-Yúnez (2009), através da estimação de um painel com efeitos fixos, analisou os gastos dos estados mexicanos no período de 1997 a 2004. Os

resultados mostraram que os governos gastam mais no ano eleitoral e reduzem os gastos no ano seguinte à eleição.

Carrillo (2012) utilizou modelos auto-regressivos para analisar a existência de CPE no Equador no período de 1993 a 2010. Para tanto, verificou a reação do produto, gastos do governo, tributos e inflação dentro de cada período de governo. Os resultados encontrados indicaram maior evidência de ciclos oportunistas do que ciclos partidários. O produto se comportou parcialmente de acordo com o que prega a Teoria de CPE, contraindo-se após as eleições no Equador.

Estudando empiricamente a existência de CPE na Colômbia, os autores López, Galló e Fresard (2002), encontraram evidências de Ciclos no Produto, na Política Monetária e nos Gastos Públicos. Constatou-se ainda diferença na utilização da política monetária entre os administradores liberais e conservadores.

Apesar dos modelos de CPE terem surgido e se disseminado desde a década de 1970, somente a partir da segunda metade da década de 1990 é que surgiram os primeiros trabalhos desenvolvidos para testar a aplicação daquela proposta teórica para o Brasil. O trabalho de Fialho (1996), talvez seja um dos primeiros a realizá-lo. Utilizando dados de 1953 a 1995, os resultados evidenciaram a presença de ciclo político na taxa anual de crescimento do PIB real brasileiro, bem como para a política monetária, mostrando-se que o produto e a oferta monetária são estimulados nos períodos que antecedem as eleições no Brasil.

Este resultado foi confirmado e amplificado por Salvato (2007), que encontrou evidências de que o fenômeno de Ciclos Político-econômicos ocorreu no Brasil entre 1985 e 2006, tanto nas séries de tempo relativas aos indicadores macroeconômicos - taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego e taxa de inflação - , quanto nas séries ligadas aos instrumentos de política fiscal - gasto público e déficit orçamentário governamental.

Já Preussler e Portugal (2002), fizeram uso de um modelo ARIMA (Autorregressivo Integrado de Médias Móveis) para testar a presença de oportunismo político no manejo das variáveis econômicas no Brasil, analisando dados de 1980 a 2000, cujo resultado apresentou como conclusão central: que só foi detectado evidências de CPE para a taxa de inflação, descartando-se a hipótese para a taxa de desemprego e do crescimento do PIB.

Em Cossio (2001), foi feito um painel com efeitos fixos para os estados brasileiros com dados de 1985 a 1997, onde se testou a presença de ciclos políticos



através das posturas fiscais. O trabalho também verificou presença de CPE, caracterizando-se as políticas fiscais dos governos estaduais por: políticas de *stop and go*, ou seja, anos de expansão foram seguidos por anos de contração fiscal e vice-versa; os anos eleitorais se caracterizaram pela adoção de posturas expansionistas; e, os governos estaduais usaram quase com exclusividade instrumentos de despesa tanto para adotar expansões fiscais (aumento de despesa) como para promover contrações (diminuição de despesas). Em relação à existência de diferenciação motivada por diferenças partidárias nos governos os resultados mostraram que governos de esquerda apresentaram um viés expansionista, não se encontrando padrões definidos para governos de direita e de centro.

Com uso de um painel dinâmico com estimador MGM, Araújo (2010), analisou os ciclos político-econômicos nos estados brasileiros, no período de 1995 a 2008 e verificou comportamento oportunista por parte dos governantes do país, que elevaram os gastos públicos em anos eleitorais para em seguida realizarem ajustes nos gastos em anos pós-eleitorais. Ao invés dos Estados, Sakurai (2009), investigou a existência de ciclos eleitorais e partidários para a execução orçamentária dos municípios brasileiros de 1990 a 2005. Os resultados indicaram que o primeiro fenômeno foi observado de forma mais expressiva nas funções saúde e saneamento, habitação e urbanismo, assistência e previdência e transportes, ao passo que em relação aos ciclos partidários, os resultados permitiram observar a influência, ainda que parcialmente, das distinções partidárias sobre a maneira pela qual os recursos são alocados entre as funções despesas avaliadas.

O trabalho de Sakurai e Gremaud (2007), também fez uso de dados em painel para avaliar a presença de ciclos políticos orçamentários analisando-se, neste caso, a evolução das despesas e receitas dos municípios paulistas durante os governos de 1989 a 2001. Os resultados mostraram evidências de impulsos positivos na despesa municipal nos anos eleitorais de 1992 e 1996, ao passo que, no tocante às agremiações partidárias, observou-se que: PFL é o partido que mais investe; e, PTB, PPB/PDS e PMDB são os partidos que mais despendem recursos em transferências correntes. Foram encontradas evidências de um maior volume de recursos despendidos em gastos de consumo pelas prefeituras paulistas nos anos de eleição em detrimento de uma queda nos investimentos realizados, o que de acordo com os autores, poderia prejudicar a obtenção de um crescimento sustentado por parte dos municípios e ampliar a dependência em relação aos recursos oriundos de transferências do Estado e da União.

Semelhante proposta foi utilizada por Oliveira e Carvalho (2009), para analisar o comportamento das prefeituras do estado do Rio de Janeiro, a fim de detectar eventuais “comportamentos cíclicos”, nos gastos públicos e suas inter-relações com o calendário eleitoral. Os resultados também sugerem que o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre determinadas variáveis relativas ao orçamento público dos municípios fluminenses. Foram encontradas evidências estatisticamente significativas de impulsos positivos das despesas, no período eleitoral, especificamente nas rubricas “Transporte” e “Despesas Legislativas” indicando serem estas, as variáveis que mais sofreram manipulações de caráter eleitoral. Quanto à influência ideológica, encontrou-se que os partidos de esquerda gastam mais em despesas de investimentos e menos em despesas correntes.

Recentemente alguns trabalhos têm sido realizados no Brasil para verificar se o comportamento oportunista afeta as chances eleitorais dos candidatos a prefeitos e governadores. Costa (2006), com base nas eleições municipais brasileiras demonstrou que a probabilidade de reeleição de um prefeito será uma função direta da despesa do município e das transferências adicionais obtidas.

Em Sakurai e Menezes Filho (2007) foi feita uma análise via dados em painel para o período 1988-2000 também com vistas a verificar como as chances de reeleição são afetadas pela política fiscal, e constatou-se que: despesas mais elevadas efetuadas ao longo dos mandatos tendem a elevar as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros, embora despesas mais elevadas executadas especificamente no ano eleitoral tendam a ser prejudiciais para a reeleição; os resultados indicam um elemento relevante associado a um controle por parte dos eleitores sobre um eventual comportamento oportunista por parte dos *policymakers*; observou-se a significância estatística e influência positiva da receita tributária e da receita de transferências correntes sobre a probabilidade de reeleição.

Alguns outros trabalhos também estudaram as chances de reeleição municipal no Brasil, restringindo a análise aos municípios de apenas um Estado da Federação. Esses foram os casos de: Araújo Júnior, Cançado e Shikida (2005) para os municípios mineiros; Pereira e Fernandez (2007) para os municípios da Bahia; Queiroz e Bittencourt (2010) para o Ceará; e, Vale, Araújo e Paixão (2009), para as eleições municipais do Tocantins.

### 3. METODOLOGIA

Conforme definido anteriormente, esta Dissertação tem como propósito básico avaliar como o componente eleitoral afeta as políticas fiscais dos estados brasileiros, como forma de testar a existência de ciclos orçamentários no Brasil. O período de análise abrange os anos de 1995 a 2013.

Na parte empírica são realizadas estimações econométricas utilizando-se Dados em Painel - considerando-se que no intervalo foram realizadas cinco eleições para governadores no Brasil -, na tentativa de verificar se houve manipulações dos instrumentos fiscais em períodos eleitorais, conforme prescrito pelos Modelos Teóricos Oportunistas.

Para alcançar o objetivo de analisar o efeito do calendário eleitoral sobre variáveis fiscais estaduais não seria apropriado a utilização exclusiva de dados em corte transversal (*cross section*), nem de dados de séries temporais, tanto porque não se permitiria observar o impacto do tempo nas variáveis como também, as diferenças entre distintos indivíduos da amostra (Estados), além do aspecto referente a grau de liberdade. Assim para proceder à análise empírica das questões levantadas neste trabalho foi utilizada a metodologia de dados em painel (*panel data*), que combina aqueles dois tipos de dados. Segundo Wooldridge (2014), o uso de dados em painel apresenta algumas vantagens em relação aos dados de corte transversal ou de cortes transversais agrupados destacando-se o controle de certas características não observáveis dos indivíduos, possibilitadas pela observação múltipla ao longo do tempo. No caso do objeto deste estudo é lógico considerar que cada Estado possui características particulares que os diferenciam e influenciam na forma como são escolhidos os seus governantes, bem como, no modo como são destinados os recursos públicos. Estas características afetam a variável que se pretenda explicar, mas não são possíveis de serem plenamente mensuradas. A omissão dessas variáveis que representam determinadas características diferenciadoras das distintas unidades (Estados) poderiam gerar resultados viesados. Porém, o uso de modelos de dados em painel permite controlar essas diferenças e obter estimadores consistentes e não viesados.

De acordo com Hsiao (2006), as vantagens dos dados em painel sobre dados transversais ou de séries temporais são: (i) inferência mais precisa dos parâmetros do modelo, pois o Painel geralmente contém mais graus de liberdade e menos Multicolinearidade que dados transversais; (ii) maior capacidade para captar a

complexidade do comportamento humano do que um único corte transversal ou dados de série temporal; (iii) análise de séries de tempo não estacionárias.

### 3.1. O modelo de dados em painel

A metodologia utilizada para verificar o modelo teórico segue a análise econométrica de dados em painel (ou dados longitudinais), que consistem de observações de  $n$  entidades para dois ou mais períodos de tempo. Esse tipo de análise possibilita agregar concomitantemente a dimensão espaço (estados) e a dimensão tempo (anos). Com o acompanhamento das mesmas unidades individuais ao longo de um determinado período de tempo, os problemas de correlação de variáveis omitidas com as explicativas são minimizados em comparação àqueles encontrados em bases de dados apenas temporais (*time series*).

Um modelo de regressão com dados em painel, com  $n$  observações com  $K$  variáveis em  $T$  períodos pode ser representado da seguinte forma:

$$y_{it} = x_{it}\beta + z_i'\alpha + \varepsilon_{it}, i = 1, 2, \dots, n; t = 1, 2, \dots, T \quad (15)$$

onde  $y_{it}$  é a variável dependente,  $x_{it}$  é um vetor  $1 \times K$  contendo as variáveis explicativas,  $\beta$  é um vetor  $K \times 1$  de parâmetros a serem estimados e  $\varepsilon_{it}$  representa os erros aleatórios. Os sub-índices  $i$  e  $t$  denotam a unidade observacional e o período de cada variável, respectivamente. Desta forma, em uma base de dados com dados em painel, o número total de observações corresponde a  $n \times T$ .

Conforme explica Greene (2000), o efeito individual é captado em  $z_i\alpha$ , onde  $z_i$  contém o termo constante determinado pelo conjunto de características específicas individuais ou de um grupo que podem ser observados e não considerados na estimação, tais como, raça, sexo, localização, nível de instrução, idade, renda, preferências, e assim por diante, cujas especificidades da cada unidade observada são consideradas constantes ao longo do tempo  $T$ . Se cada  $\varepsilon_{it}$  tem expectativa zero condicionada à sua variável  $x_{it}$  correspondente, ou seja, se o erro é não correlacionado no tempo e no espaço, o modelo de painel pode ser estimado como por mínimos quadrados ordinários (MQO), conforme explica Davidson & MacKinnon (2004). Ou seja, para que o MQO produza um estimador consistente de  $\beta$ , além de  $\varepsilon_{it}$  ser não correlacionado  $x_{it}$ , teremos que presumir

que o efeito não observado  $z_i\alpha$ , também como não correlacionado com  $x_{it}$ , caso contrário o MQO será viesado e inconsistente (Wooldridge, 2014).

As duas abordagens mais populares para lidar com dados em painel (modelos de efeitos fixos e modelos de efeitos aleatórios) são baseados sobre o que são chamados de modelos de erros-componentes. A ideia subjacente é especificar o erro  $\varepsilon_{it}$  termo em (15) como consistindo em dois ou três choques separados, cada um dos quais é assumido como sendo independente dos outros (Davidson & MacKinnon, 2004). Nesse caso reescreveremos (15) da seguinte forma:

$$y_{it} = x_{it}\beta + v_{it}, i = 1, 2, \dots, n; t = 1, 2, \dots, T \quad (16),$$

onde,  $\alpha_i = z'_i\alpha$  e  $v_{it} = \varepsilon_{it} + \alpha_i$

Caso  $z_i$  seja não observado, mas correlacionado com  $x$ , então o estimador de mínimos quadrados de  $\beta$  é tendencioso e inconsistente como consequência da variável omitida. No entanto, neste caso, o modelo incorpora todos os efeitos observáveis e especifica uma média condicional estimável. Esta abordagem conhecida como modelos de Efeitos Fixos tem  $\alpha$  como termo constante relacionado às qualidades específicas de um grupo de indivíduos definidos na regressão, cujo termo não varia ao longo do tempo. Neste modelo  $\alpha_i$  representa os interceptos a serem estimados, sendo que cada indivíduo da amostra possui um intercepto. Dado que os parâmetros resposta  $\beta$  não variam entre os indivíduos e nem ao longo do tempo, todas as diferenças de comportamento entre os indivíduos deverão ser captadas pelo intercepto. Dessa forma,  $\alpha_i$  pode ser interpretado como o efeito das variáveis omitidas no modelo.

A equação (16) torna-se um modelo de efeitos aleatórios quando assumimos que o efeito não-observado  $\alpha_i$  é não correlacionado com cada variável explicativa:  $\text{Cov}(x_{it}, \alpha_i) = 0, t = 1, 2, \dots, T; j = 1, 2, \dots, K$ .

Neste caso, o modelo de efeitos variáveis (*random effects*) trata os interceptos como variáveis aleatórias. Para este modelo reescreveremos (15) da seguinte forma:

$$y_{it} = x_{it}(\beta + \eta_i) + v_{it}, i = 1, 2, \dots, n; t = 1, 2, \dots, T \quad (17),$$

onde,  $v_{it} = \varepsilon_{it} + v_{it} + \alpha_i$

O modelo de efeitos variáveis especifica  $v_{it}$  como o elemento aleatório de um grupo semelhante a  $\varepsilon_{it}$ , exceto que para cada grupo existe um único elemento que entra na regressão de forma idêntica em cada período. Neste caso incorpora-se  $\eta_i$  como um vetor aleatório que induz as variações dos parâmetros entre os indivíduos. Além disso, na análise de efeitos aleatórios, o efeito não-observado  $\alpha_i$  é colocado junto com o termo aleatório  $\varepsilon_{it}$ , e  $v_{it}$  formando um termo de erro composto  $v_{it}$ . Este método, impõe as seguintes suposições adicionais: 1º)  $E(\varepsilon_{it} / x_{it}, \alpha_i) = 0$ ; 2º)  $E(\alpha_i / x_{it}) = 0$ ; 3º)  $E(\alpha_i) = 0$ ; 4º)  $\text{Var}(v_{it}) = \sigma^2$ . A primeira de modo similar ao modelo de efeitos fixos prevê exogeneidade estrita, diz que para cada período de tempo T o valor esperado do erro idiossincrático, dadas as variáveis explicativas em todos os períodos de tempo e o efeito não-observado, é zero. Temos ainda que observar a ortogonalidade entre  $\alpha_i$  e cada  $x_{it}$ , tendo-se que  $\alpha_i$  tem média esperada zero. Por fim temos que o erro  $v_{it}$  possui variância constante, ou seja, é homocedástico. Como  $\alpha_i$  é o erro composto em cada período de tempo, os  $v_{it}$  são serialmente correlacionados ao longo do tempo. Esta correlação serial positiva no termo de erro pode ser substancial, de forma que a estimação por MQO deixa de ser apropriada para estimação do modelo. Uma alternativa possível para estimação apresentada é o método de mínimos quadrados generalizados, que elimina o problema de correlação serial (Wooldridge, 2014).

Assim, a escolha do modelo apropriado para estimação, se efeitos fixos ou aleatórios, tem como ponto chave a verificação ou ausência correlação de entre  $\alpha_i$  e  $x_{it}$ . Neste intuito, o Teste de Hausman, surge como proposta para verificar se a estimação por efeitos aleatórios é mais adequada ao modelo do que a estimação por efeitos fixos. A hipótese nula do teste é que o modelo adequado é o de efeitos aleatórios que seria consistente e eficiente. Nesse caso  $\alpha_i$  é não correlacionado com as variáveis explicativas. Caso a hipótese nula não seja rejeitada, não há evidências de que  $\alpha_i$  seja correlacionado com as variáveis explicativas. Neste caso o modelo de efeitos aleatórios (*random effects*) deve ser utilizado. Por outro lado, se a hipótese nula não for aceita é indicado o uso do modelo de efeitos fixos (*fixed effects*). Esquematicamente: seja  $\beta_{ef}$  o vetor de estimativas de efeitos fixos e  $\beta_{ea}$  o vetor de estimativas de efeitos aleatórios, sob a hipótese nula de que:

$H_0: \beta_{ef} - \beta_{ea} = 0$  ( $\alpha_i$  não é correlacionado com  $x_{it}$ ), a estatística proposta pelo Teste de Hausman (H):

$$H = [\beta_{ef} - \beta_{ea}]' [V(\beta_{ef}) - V(\beta_{ea})]^{-1} [\beta_{ef} - \beta_{ea}] \quad (18)$$

possui distribuição  $\chi^2$  (chi-quadrado), com K-1 graus de liberdade. Se esta estatística exceder o valor tabelado rejeita-se  $H_0$  e deve-se utilizar o modelo de efeitos fixos. O Teste de Hausman foi utilizado neste trabalho para escolha do modelo mais eficiente e consistente.

### 3.2. Dados da pesquisa

Para estimar as equações previstas no modelo foi efetuada uma análise econométrica por meio de um painel com dados dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, no período de 1995 a 2013. Aproveitando a estrutura de painel do conjunto de dados, a amostra usada consta de 513 observações. O uso dos dados em Painel ao possibilitar efetuar um corte transversal dos estados ao longo do período analisado, permite obter um maior número de graus de liberdade e atenuar de forma significativa os problemas de omissão de variáveis explicativas, em comparação com outros métodos disponíveis.

Para a estimação do modelo são utilizados três tipos de dados: instrumentos de política fiscal, neste caso o gasto público considerando-se as diferentes categorias econômicas e de elemento de despesa orçamentária, que serão assumidas como variáveis explicativas; variáveis de controle e variáveis políticas, que são *dummies* definidas para os anos do mandato, bem como, para os diferentes partidos. Os dados foram coletados a partir de fontes secundárias, sobretudo o sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no qual estão disponibilizados os dados de execução orçamentária dos Estados. Quanto às variáveis políticas, foram coletados os dados disponíveis no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e nos Tribunais Regionais Eleitorais. O modelo a ser estimado seguirá padrões semelhantes ao executado por GÁMEZ e IBARRA-YÚNEZ (2009), cuja análise é feita através de Painel com efeitos fixos ou variáveis. O modelo básico utilizado para estimar as regressões apresentará a seguinte especificação geral:

$$F_{i,t} = \sum b_k F_{i,t-k} + \sum c X_{i,t} + d ELEC_t + M_i + E_{i,t} \quad (19)$$

Onde:

$F_{i,t}$  = Indicador fiscal do Estado  $i$  no tempo  $t$

$X_{i,t}$  = Vetor de variáveis de Controle

$ELEC_t$  = *Dummy* eleitorais

$M_i$  = Efeito fixo por estado

$E_{i,t}$  = componente de erro

A estimação foi realizada utilizando-se as seguintes variáveis dependentes de gasto: (i) despesa total; (ii) despesas correntes; (iii) despesas de capital; (iv) investimentos; (v) pessoal e encargos sociais; (vi) habitação e urbanismo; (xii) transportes; (viii) educação; (ix) obras e instalações; e (x) urbanismo.

Todas estas variáveis foram deflacionadas <sup>1</sup>para posteriormente serem calculadas as taxas de variação anual real dos gastos no período estudado, com uso de transformação logarítmica.

A escolha dessa relação de variáveis se justifica no sentido em que possibilita verificar se há um comportamento de gastos padrão para todos os componentes de despesas orçamentárias ao longo dos mandatos estaduais de um modo geral. Além disso, permite averiguar se há diferenças nas aplicações dos gastos entre os partidos de acordo com o conteúdo ideológico que os definem.

Para as variáveis independentes que representam os ciclos políticos orçamentários, foram definidas três *dummies* para identificar e representar o ciclo eleitoral para eleições governamentais: DAE = 1 no ano pré-eleitoral e 0 caso contrário; DDE = 1 se ano pós-eleitoral e 0 caso contrário; DDDE = 1 se é o segundo ano após a eleição e 0 caso contrário. Utiliza-se neste caso, os anos eleitorais (DE) como *dummy* de referência ou comparação de modo que receberá o valor zero, enquanto que as demais variáveis qualitativas que representam o ciclo eleitoral recebem o valor um.

Considerando as proposições estabelecidas pela teoria dos ciclos políticos, espera-se que, em anos eleitorais, procurando obter uma maior probabilidade de reeleição, o governante promova “impulsos” de despesa para ampliar a oferta de recursos públicos, mostrar-se mais competente e, satisfazer as demandas da população visando obter, em consequência, maior grau de popularidade junto aos eleitores,

---

<sup>1</sup> Os dados foram deflacionados pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e



possibilitando sua reeleição ou de seu partido e mesmo para viabilizar uma disputa a outro cargo eletivo que esteja concorrendo. Assim, de acordo com o modelo teórico se espera que as *dummies* de antes e após as eleições (DAE, DDE e DDDE) tenham sinal negativo. Ademais, espera-se que os resultados sejam mais acentuados nos gastos mais “visíveis” como obras e instalações. As *dummies* que representam os gastos de acordo com os anos de gestão proporcionam à análise, portanto, a observação da ocorrência do oportunismo nos gastos públicos.

Ainda quanto as variáveis políticas foi criada a *dummy* CREELE que assumirá o valor 1 para caso o governante esteja concorrendo à reeleição e 0 caso contrário. Mais uma vez, espera-se que o fato do próprio governante estar concorrendo à renovação do mandato estimulará o oportunismo eleitoral e, portanto, o aumento dos gastos no ano eleitoral.

No que se refere às variáveis de controle foi utilizada a Receita Total - cujos valores, assim como as variáveis de despesa foram deflacionados para posteriormente serem calculadas as taxas de variação anual real, com uso de transformação logarítmica - e o número de eleitores também transformado em taxa através de transformação logarítmica. Assume-se que as despesas orçamentárias são feitas levando em consideração as receitas auferidas no período. Quanto ao número de eleitores, dado que supomos que os governantes desejam maximizar votos, espera-se que quanto maior o número de eleitores maior deverá ser o volume de gastos. Assim, espera-se uma relação positiva dos gastos com as variáveis de controle.

Adotou-se as variáveis *dummies* ESQ, DIR e CENT, para representar os governos com partidos de esquerda, direita e centro com o intuito de capturar possíveis diferenças no volume de gastos dos diferentes partidos enquanto governam os estados brasileiros, ao longo de todo o mandato. De um modo geral, espera-se que, no agregado, os partidos de esquerda apresentem um maior volume de gastos que aqueles com diferentes perfis ideológicos; e que, essa distinção nos gastos seja mais expressiva nas funções de despesa relacionadas a gastos sociais como habitação, pessoal e encargos sociais e educação. Foram utilizados neste caso, os partidos de esquerda como *dummy* de referência ou comparação de modo que receberá o valor zero, enquanto que os partidos de centro e de direita receberão o valor um.

O quadro 3.1. descreve as variáveis políticas e regionais utilizadas e mostra os sinais esperados dos efeitos dessas variáveis explicativas sobre o comportamento fiscal dos estados brasileiros.

**Quadro 3.1**  
**Variáveis explicativas do comportamento fiscal dos estados**

VARIÁVEL EXPLICATIVA	DEFINIÇÃO	SINAL ESPERADO
DAE	Ano pré-eleitoral para governador/ Dummy = 1 no ano anterior às eleições e 0 caso contrário	-
DDE	Ano pós-eleitoral para governador/ Dummy = 1 se ano pós-eleitoral e 0 caso contrário	-
DDDE	Dois anos após a eleição para governador/ Dummy = 1 se ano pós-eleitoral e 0 caso contrário	-
CREELE	Candidato à reeleição/ Dummy = 1, no ano de eleição, para caso o governante esteja concorrendo à reeleição e 0 caso contrário	+
ESQ	Partido de esquerda/ Dummy = 1 se o partido for de esquerda, 0 outro caso	+
DIR	Partido de direita/ Dummy = 1 se o partido for de esquerda, 0 outro caso	-
CENT	Partido de centro/ Dummy = 1 se o partido for de esquerda, 0 outro caso	-
RECTOT	Log da Receita Total real	+
ELEIT	Log do índice do Número de Eleitores	+

Fonte: Elaboração própria

### 3.3 Classificação dos partidos políticos no Brasil

Cumprindo a finalidade de identificar se as diferenças partidárias provocam algum efeito no comportamento das categorias de despesas a serem analisadas, são inseridas *dummies* para três categorias ideológico-partidárias assumidas neste trabalho: direita, esquerda e centro. Essa opção segue proposta semelhante àquelas utilizadas por Cossio (1998), Bittencourt (2002), Nakaguma (2006) e Araújo (2010), cujos trabalhos classificaram os partidos políticos dentre os três espectros ideológicos citados. A classificação dos partidos dentre as três categorias foi feita com base nos trabalhos de Tarouco e Madeira (2013) e Rodrigues (2009), que a partir dos conteúdos programáticos dos partidos brasileiros e sua vinculação a temas mais ligados à esquerda ou direita, bem como, das diferenças na composição social das respectivas bancadas

partidárias, classificaram os partidos dentre as três categorias distintas. Foram definidos então como partidos de direita: PFL (DEM), PL, PSD, PSC, PSL, PPB, PPR, PP; como partidos de centro: PMDB, PSDB, PTB; e, como partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PPS, PV, PMN e PC do B.

**Quadro 3.2**  
**Classificação partidária e resultados das eleições para governos estaduais – 1994/2014**

Partido	Classificação	Anos das eleições governamentais					
		1994	1998	2002	2006	2010	2014
PT	Esquerda	AC, MS, RS	AC, MS, RS	AC, MS, PI	AC, BA, PI, SE, PA	AC, BA, RS, SE, DF	AC, CE, BA, MG, PI
PMDB	Centro	AL, GO, MS, PB, PR, RN, RO, RS, SC	DF, MG, PB, PE, RN	DF, PE, PR, RS, SC	AM, ES, MS, TO, PR, RJ, SC	MA, MS, MT, RJ, RO	RJ, RO, RS, ES, SE, TO
PSDB	Centro	CE, MG, PA, RJ, SE, SP	CE, ES, GO, MT, PA, SE, SP	CE, GO, MG, PA, PB, RO, SP	AL, MG, RR, SP, RS	MG, PR, SP, TO, AL, GO, PA, RR	GO, MS, PA, PR, SP
PDT	Esquerda	MT, PE	RJ	AP	AP, MA	-	AP, MT
PSB	Esquerda	AP, PI	AL, AP	AL, ES, RJ, RN	CE, PE, RN	CE, ES, PE, AP, PB, PI	DF, PB, PE
PSD	Direita	-	-	-	-	-	RN, SC
PP	Direita	-	-	-	GO	-	RR
PROS	-	-	-	-	-	-	AM
PC DO B	Esquerda	-	-	-	-	-	MA
PMN	Esquerda	-	-	-	-	AM	
DEM (PFL)	Direita	BA, MA	AM, BA, MA, PI, PR, RO, TO	BA, MA, SE, TO	DF	RN, SC	-
PPS	Esquerda	-	-	AM, MT	MT, RO	-	-
PSL	Direita	-	-	RO	-	-	-
PPB	Direita	-	RO, SC	-	-	-	-
PPR	Direita	AC, AM, TO	-	-	-	-	-
PTB	Centro	RR	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O Quadro 3.2 acima apresenta os resultados eleitorais das eleições dos governos estaduais entre 1994 e 2014 por partidos e sua correspondente classificação ideológica, feita com base nos autores citados.

Ressalta-se dos resultados eleitorais, que há uma forte concentração das vitórias eleitorais e consequentemente das gestões estaduais. Apenas quatro partidos – PT, PMDB, PSDB e PSB – foram eleitos e passaram a ser responsáveis por gerir 19 estados em 2014, o que corresponde a mais de 70% dos 26 estados e o Distrito Federal.

Ademais, os partidos de esquerda e de centro respondem pela maioria absoluta dos governos estaduais no Brasil, principalmente a partir de 2006, quando o antigo partido de direita PFL, que possuía grande representatividade, passou a perder força.

Segundo informações do TSE, atualmente, existem 35 partidos políticos formalmente registrados, além de 16 em formação. Apesar de o sistema político brasileiro ser caracterizado pelo imoderado pluripartidarismo, as gestões estaduais, em sua maioria, terminam por serem dominadas pelos grandes partidos. Na última eleição apenas 09 partidos foram eleitos para comandar os Estados e o Distrito Federal. Esse número foi ainda menor em 2010, quando ficou limitado a apenas seis partidos.

Conforme cita Samuels (1997), há um entendimento dominante de que os partidos brasileiros têm sido historicamente fracos e fragmentados, constituindo, de um modo geral, alianças de máquinas de patronagem, instrumentos nas mãos de líderes locais ou regionais que fazem uso dos recursos públicos para construir e sustentar uma base de apoio. A formulação de políticas concentra-se na esfera do Executivo; os partidos, como atores coletivos, têm pouco envolvimento com o processo de formulação de políticas no âmbito do Legislativo. Ao contrário, os parlamentares negociam votos sobre questões políticas em troca da patronagem proporcionada pela esfera executiva. Acresce ainda que as regras eleitorais brasileiras tendem a perpetuar o individualismo político. A representação proporcional com listas abertas seria fonte de enormes incentivos individualistas, porque neste sistema os candidatos competem não só com concorrentes de outros partidos, mas com seus próprios correligionários. Aponta ainda que os votos partidários identificados nas votações para eleições proporcionais por legenda são baixas no Brasil, distinguindo-se o PT dos demais partidos de esquerda por receber muitos votos de legenda.

Em Rodrigues (2009) são citados outros fatores que vêm sendo apontados por cientistas políticos que têm estudado o sistema político, para indicar um quadro de instabilidade e inconsistência partidária no Brasil: 1) a alta fragmentação partidária decorrente do excessivo número de partidos; 2) fragilidade dos partidos manifestada pela baixa longevidade; 3) alta taxa migração partidária pelos políticos, aspecto que se

vincula à falta de coesão, disciplina e fidelidade partidária; 4) inconsistência ideológico-programática, explicitada pelas incongruentes coligações eleitorais; 5) cultura da patronagem, clientelismo e patrimonialismo ainda presente e alimentada na sociedade. Contudo, o autor argumenta que a *direção* das mudanças parece indicar o fortalecimento dos partidos, tanto no que se refere à configuração de seu perfil ideológico e capacidade de expressar demandas da sociedade, como no que se refere à sua capacidade de dar sustentação partidária aos governos. Para aquele, o levantamento da composição ocupacional das bancadas indica diferenças significativas entre os partidos, singularizando-os e fazendo com que suas cúpulas representem interesses socioeconômicos diferenciados, relativamente compatíveis com as posições políticas assumidas pelos seus representantes.

Em que pese a questionada identidade ideológica, Tarouco e Madeira (2015), ao confrontar os resultados de *survey* aplicados a cientistas políticos para classificação das linhas assumidas dos partidos brasileiros, mostrou que é coincidente com várias outras existentes na literatura realizadas por diferentes métodos. A partir dessa análise concluem que a localização dos partidos brasileiros na dimensão esquerda-direita é suficientemente uniforme entre as diferentes mensurações para ser considerada inválida, contrariando os diagnósticos correntes de ausência de identidade política no sistema partidário brasileiro.

Tarouco e Madeira (2013) chegaram à mesma conclusão, qual seja, de que as classificações correntes são na maioria válidas e podem continuar sendo usadas nos estudos que, ainda hoje, procuram pelos efeitos da ideologia partidária sobre outras variáveis; ao efetuar a análise das posições e preferências dos principais partidos para buscar classificá-los entre a esquerda e a direita e posteriormente confrontar esta classificação com as demais registradas na literatura.

Figueira (2012) resume em três as características básicas para o atual processo eleitoral: a supervalorização da figura do candidato; o eleitor com racionalidade de baixa informação; e, campanhas com capacidade limitada de garantir vitórias, obrigando os atores políticos à consideração de outras estratégias de conexão eleitoral e de comunicação mais duradouras. Se por um lado, tal ambiência pode resultar em enfraquecimento dos partidos, aqueles que souberem melhor se comunicar com seus eleitores, podem sair fortalecidos.

A elaboração do modelo partidário para a Teoria dos Ciclos Políticos Econômico, tal quais feitas em Hibbs (1977), Alesina (1987) e Alesina, Roubini e

Cohen (1997), encontram efeitos partidários nos resultados macroeconômicos dos países. Contudo, tais efeitos, são localizados em economias que possuem sistemas políticos bipartidarizados ou concentrados em poucos partidos, com histórico democrático ampliado e níveis de renda e educacionais elevados, em comparação com o Brasil.

A aparente inconsistência ideológica dos partidos brasileiros será testada no modelo especificado em (19), através de estimação econométrica, cujos resultados são apresentados na seção seguinte.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados das estimações que pretendem identificar a existência de relacionamento entre a execução dos gastos públicos e o período eleitoral, de modo a inferir se as despesas públicas dos Estados do Brasil caminham por meio de ciclos políticos orçamentários.

As estimações seguirão o modelo básico sugerido por Gámez e Ibarra-Núñez (2009), escrito na equação (19). Para cada variável orçamentária adotada como dependente, são feitas duas estimações. Uma primeira estimação, aqui denominado de modelo padrão, em que se utilizam como variáveis explicativas apenas as *dummies* eleitorais e as variáveis de controle. E uma segunda estimação, aqui denominado de modelo ampliado, em que além das variáveis adotadas no modelo padrão, são incluídas como explicativas, as variáveis que representam o componente ideológico-partidário.

A Tabela 4.1. apresenta os resultados das estimações para as variáveis dependentes Despesas Total e Despesas Corrente. Nas colunas (1) e (2) temos os modelos padrão e ampliado para a Despesa Total, enquanto que nas colunas (3) e (4) seguem os modelos para a Despesa Corrente.

O modelo padrão para Despesa Total sugere a presença de ciclos políticos na execução dos gastos, embora em percentuais relativamente baixos. No ano imediatamente anterior à eleição (DAE), os gastos são cerca de 2,16% inferiores enquanto que no segundo ano após a eleição (DDDE) os gastos totais tendem a reduzir cerca de 1,46% em termos reais, enquanto que a variável *dummy* que representa o ano pós-eleitoral (DDE) não mostrou-se significativa, embora tenha registrado sinal negativo, de acordo com o esperado na teoria.

Quando se amplia o modelo com a inclusão de variáveis políticas, mantêm-se a significância estatística para a *dummy* (DAE) reduzindo minimamente o parâmetro para uma queda de 1,8% dos gastos em comparação com o ano eleitoral. A variável (DDDE) perde significância estatística – p-valor 15% - embora mantenha sinal e percentual de redução de gastos próximos ao modelo padrão. Por outro lado, a variável partidária (DIR), que ilustra a *dummy* para os partidos de ideologia de direita, apresenta-se significativa indicando que esses partidos gastam 1,78% menos ao longo de seus mandatos que aqueles partidos com ideologia de esquerda.

**Tabela 4.1. Estimções para a Despesa Total e a Despesa Corrente dos Estados - (1995/2013)**

Variáveis/Modelos	Despesa Total		Despesa Corrente	
	EA	EAA	EA	EFA
	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>lrectot</b>	<b>0,90024</b>	<b>0,89868</b>	<b>0,85135</b>	<b>0,84957</b>
	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>
<b>dae</b>	<b>-0,02167</b>	<b>-0,01807</b>	<b>-0,01785</b>	<b>-0,02246</b>
	<b>(0,000)</b>	<b>(0,001)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>
<b>dde</b>	-0,0097	-0,00656	0,00859	0,00310
	(0,218)	(0,489)	(0,308)	(0,766)
<b>ddde</b>	<b>-0,01468</b>	-0,01124	-0,00134	-0,00641
	<b>(0,015)</b>	(0,153)	(0,842)	(0,463)
<b>leleit</b>	0,02251	0,02192	-0,08908	-0,10265
	(0,925)	(0,925)	(0,754)	(0,696)
<b>tend</b>	0,00029	0,00013	0,00500	0,00480
	(0,932)	(0,28)	(0,210)	(0,214)
<b>cent</b>		-0,00202		-0,00221
		(0,736)		(0,744)
<b>dir</b>		<b>-0,01780</b>		<b>-0,03057</b>
		<b>(0,071)</b>		<b>(0,026)</b>
<b>creele</b>		0,00777		-0,00861
		(0,299)		(0,338)
<b>const</b>	0,14804	0,15497	0,43688	-0,00861
	(0,777)	(0,764)	(0,483)	(0,338)
<b>Nº de observações</b>	513	513	513	513
<b>r<sup>2</sup> within</b>	0,9263	0,9274	0,9018	0,9039
<b>r<sup>2</sup> between</b>	0,8521	0,8422	0,8147	0,7823
<b>r<sup>2</sup> overall</b>	0,9143	0,9137	0,8888	0,8857
<b>Estatística F</b>				551,67
<b>P&gt;F (p-valor)</b>				(0,00)
<b>Wald</b>	11327,55	12329,34	3556,48	
<b>Wald P&gt;chi2</b>	(0,00)	(0,00)	(0,00)	
<b>Teste de Hausman</b>	1,38	7,07	0,03	21,67
	(0,9668)	(0,630)	(1,00)	(0,010)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de resultados do trabalho, utilizando-se o software Stata 12 para a estimação da regressão dos dados. Notas: Os p-valores estão entre parênteses. Os parâmetros que apresentaram significância estatística estão em negrito.

Os modelos são identificados por EA quando estimados por efeitos aleatórios e EF quando por efeitos fixos, EAA e EFA, quando o modelo for ampliado pela inclusão de variáveis políticas.

As estimções para despesas correntes, sob a qual se incluem as despesas de custeio – pessoal, consumo, serviços de terceiros - e as transferências correntes dos Estados, apresentaram resultados próximos àqueles encontrados para aquelas com uso da variável dependente, Despesas Totais.

No modelo padrão (3) a variável (DAE) apresentou significância estatística, indicando que nos anos anteriores à eleição, os gastos correntes são cerca de 1,78%



inferiores. Quando o modelo é ampliado há uma ligeira expansão negativa no efeito da *dummy* que passa a ter uma variação de 2,24% em relação ao ano de eleição. As demais variáveis que representam o ciclo político orçamentário, não se mostraram significantes estatisticamente. Aqui, novamente a variável partidária (DIR), apresenta-se significativa indicando que esses partidos gastam 3,00% menos em Despesas Correntes ao longo de seus mandatos, que os partidos com ideologia de esquerda.

O fato de haver um comportamento bastante aproximado na realização dos gastos enquadrados como Despesas Totais e Despesas Correntes se justifica pelas seguintes razões: as despesas correntes compreendem grande parte das despesas totais – no geral a maioria dos Estados gasta próximo ao limite máximo permitido com despesas de pessoal, que por sua vez corresponde à maior parte dos gastos em Despesas Correntes; os gastos com pessoal possuem limitações legais que impedem sua livre flutuação a mero desejo ou discricionariedade do gestor; imposições legais também comprometem grande parcela do orçamento com gastos em saúde – mínimo de 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos de base estadual - e com educação – mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante dos impostos -, que somados às despesas com outras funções sociais relevantes como segurança pública, saneamento, assistência social e repasses de duodécimos para o Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa, tornam os orçamentos estaduais engessados e fortemente vinculados, restringindo a margem de discricionariedade dos gastos.

A Tabela 4.2 apresenta os resultados das estimações para as Despesas de Capital – compostas por investimentos, inversões financeiras, transferências e amortizações de dívidas - e para os gastos com Investimentos – que incluem obras e instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento do Capital de Empresas. Nas colunas (1) e (2) temos os modelos padrão e ampliado para a Despesa de Capital, enquanto que nas colunas (3) e (4) seguem aqueles modelos para a Despesa com Investimentos.

O modelo reduzido (1) para Despesas de Capital sugere forte presença de ciclos políticos na execução dos gastos. As estimações indicam queda de 4,85%, 11,67% e 6,83%, para as variáveis (DAE), (DDE) e (DDDE), respectivamente. Além disso, verifica-se uma tendência a uma queda nos gastos com Despesas de Capital ao longo do tempo. Quando o modelo é ampliado (2), há uma perda de significância

estatística para (DAE) e uma redução nos parâmetros para (DDE) e (DDDE), que passam agora a serem negativos em 8,41% e 3,56%, respectivamente.

**Tabela 4.2. Estimações para a Despesa de Capital e de Investimentos dos Estados - (1995/2013)**

Variáveis/Modelos	Despesa de Capital		Investimentos	
	EA	EAA	EA	EAA
	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>lrectot</b>	<b>0,91802</b>	<b>0,91587</b>	<b>0,78794</b>	<b>0,78933</b>
	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)
<b>dae</b>	<b>-0,04859</b>	<b>-0,01634</b>	<b>-0,07568</b>	<b>-0,03736</b>
	(0,002)	(0,415)	(0,000)	(0,081)
<b>dde</b>	<b>-0,11678</b>	<b>-0,08419</b>	<b>-0,19761</b>	<b>-0,16141</b>
	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)
<b>ddde</b>	<b>-0,06838</b>	<b>-0,03562</b>	<b>-0,11856</b>	<b>-0,08094</b>
	(0,000)	(0,064)	(0,000)	(0,000)
<b>leleit</b>	-0,10728	<b>0,99321</b>	1,0293	1,07452
	(0,216)	(0,086)	(0,197)	(0,173)
<b>tend</b>	<b>-0,01854</b>	<b>-0,01886</b>	-0,01473	-0,016277
	(0,003)	(0,002)	(0,137)	(0,103)
<b>cent</b>		0,00364		-0,05368
		(0,908)		(0,207)
<b>dir</b>		-0,01144		-0,07955
		(0,701)		(0,151)
<b>creele</b>		<b>0,0656</b>		<b>0,08029</b>
		(0,063)		(0,058)
<b>const</b>	-1,58341	-1,70921	-1,3914	-1,47208
	(0,152)	(0,133)	(0,383)	(0,351)
<b>Nº de observações</b>	513	513	513	513
<b>r<sup>2</sup> within</b>	0,5717	0,5767	0,4031	0,4162
<b>r<sup>2</sup> between</b>	0,2102	0,216	0,0176	0,0222
<b>r<sup>2</sup> overall</b>	0,4305	0,4358	0,2392	0,2462
<b>Wald</b>	229,52	277,37	219,25	318,92
<b>Wald P&gt;chi2</b>	0	0,00	0,00	0,00
<b>Teste de Hausman</b>	0,23	2,73	1,37	1,47
	(0,999)	(0,973)	(0,967)	(0,997)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de resultados do trabalho, utilizando-se o software Stata 12 para a estimação da regressão dos dados. Notas: Os p-valores estão entre parênteses. Os parâmetros que apresentaram significância estatística estão em negrito. Os modelos são identificados por EA quando estimados por efeitos aleatórios e EF quando por efeitos fixos, EAA e EFA, quando o modelo for ampliado pela inclusão de variáveis políticas

O modelo ampliado repete a tendência de queda nos gastos com despesas de capital ao longo dos anos, e para as variáveis políticas encontra que os governantes que concorrem à reeleição gastam 6,56% a mais nos anos eleitorais que aqueles que não disputam a reeleição. As variáveis partidárias, contudo, não mostraram significância

estatística indicando que não há diferença substantiva entre os partidos em relação a execução de gastos com esse tipo de despesa, ou seja, as diferentes correntes ideológicas agem de maneira oportunista e tendem a expandir as Despesas de Capital em anos eleitorais de modo semelhante.

As estimações (3) e (4) para as despesas de investimento constata uma presença forte de ciclos políticos orçamentários. O modelo reduzido encontrou que em anos anteriores à eleição (DAE) investe-se 7,56% menos que nos anos eleitorais, enquanto que essa queda é ainda maior para os anos pós-eleitorais, sendo inferior em 19,76% - (DDE) - e em 11,85% - (DDDE) - para os anos seguintes às eleições. Com a ampliação do modelo, à semelhança do ocorrido com as estimações para as Despesas de Capital, há uma redução nos parâmetros para a presença de ciclos políticos orçamentários, mas ainda se mantém elevada a significância estatística. Agora as *dummies* apresentam sinais negativos em percentuais de 3,73%, 16,14% e 8,09%, para os anos não eleitorais, (DAE), (DDE) e (DDDE), respectivamente. Quanto às variáveis políticas, têm-se, de forma similar ao modelo (2), que os gastos dos governantes candidatos à reeleição são 8,0% superiores àqueles que não concorrem a um novo mandato. Da mesma forma do que foi verificado nas estimações para a variável Despesas de Capital, também não há demonstrado estatisticamente, diferença no padrão de gastos em investimentos dos governantes estaduais que sejam motivadas por razões ideológicas.

A Tabela 4.3 mostra os resultados das estimações para as Despesas de Pessoal e de Habitação e Urbanismo – que incluem habitação urbana e rural, infraestrutura urbana, serviços urbanos e transportes coletivos urbanos. Para as despesas com pessoal, ambos os modelos, reduzido (1) e ampliado (2), indicam presença de efeitos do calendário eleitoral na condução fiscal dos estados cujo comportamento indica o comportamento de ciclos políticos econômicos oportunistas.

No primeiro modelo (1), tem-se que os gastos com pessoal são cerca de 3,84% inferiores nos anos anteriores à eleição - (DAE) -, e 2,28% superiores nos anos pós-eleitorais - DDE. O fato da *dummy* DDE sugerir uma elevação nas despesas com pessoal em anos pós-eleitorais, poderia ser explicado pelo forte caráter inercial desse tipo de despesa, já que direitos trabalhistas impedem a redução em salários, além disso, promessas de campanha, possíveis acordos com sindicatos e com categorias de servidores públicos por melhores planos de carreira e remuneração, teriam impacto não somente em anos eleitorais, mas ainda em anos seguintes.

**Tabela 4.3. Estimções para as Despesas de Pessoal e com Habitação e Urbanismo dos Estados - (1995/2013)**

Variáveis/Modelos	Pessoal		Habitação e Urbanismo	
	EA	EFA	EA	EAA
	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>lrectot</b>	<b>0,84712</b>	<b>0,85085</b>	<b>0,68897</b>	<b>0,69032</b>
	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>
<b>dae</b>	<b>-0,03840</b>	<b>-0,04716</b>	-0,05952	-0,05193
	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>	(0,112)	(0,271)
<b>dde</b>	<b>0,02287</b>	0,01289	<b>-0,14761</b>	<b>-0,14295</b>
	<b>(0,019)</b>	(0,250)	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>
<b>ddde</b>	-0,01372	<b>-0,02305</b>	-0,03494	-0,02852
	(0,124)	<b>(0,045)</b>	(0,478)	(0,614)
<b>leleit</b>	0,32513	0,26846	0,92309	0,87967
	(0,616)	(0,655)	(0,414)	(0,425)
<b>tend</b>	0,0018	0,00169	0,01809	0,01721
	(0,805)	(0,804)	(0,273)	(0,300)
<b>cent</b>		-0,01274		-0,03858
		(0,506)		(0,670)
<b>dir</b>		-0,04266		-0,09397
		(0,179)		(0,268)
<b>creele</b>		-0,01639		0,0189
		(0,265)		(0,746)
<b>const</b>	-0,42810	-0,29332	-1,34306	-1,21727
	(0,745)	(0,812)	(0,541)	(0,567)
<b>Nº de observações</b>	513	513	508	508
<b>r<sup>2</sup> within</b>	0,788	0,7909	0,335	0,338
<b>r<sup>2</sup> between</b>	0,301	0,258	0,026	0,040
<b>r<sup>2</sup> overall</b>	0,666	0,656	0,198	0,205
<b>Estatística F</b>		60,2		
<b>P&gt;F (p-valor)</b>		0,00		
<b>Wald</b>	445,92		125,94	151,39
<b>Wald P&gt;chi2</b>	0,00		0,00	0,00
<b>Teste de Hausman</b>	0,22	43,67	0,22	13,17
	(0,999)	(0,000)	0,999	0,154

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de resultados do trabalho, utilizando-se o software Stata 12 para a estimação da regressão dos dados. Notas: Os p-valores estão entre parênteses. Os parâmetros que apresentaram significância estatística estão em negrito.

Os modelos são identificados por EA quando estimados por efeitos aleatórios e EF quando por efeitos fixos, EAA e EFA, quando o modelo for ampliado pela inclusão de variáveis políticas.

No modelo ampliado (2) para despesas com pessoal, os resultados sugerem que há uma queda nos gastos com pessoal em termos reais ainda maior, de cerca de 4,71% no ano anterior à eleição (DAE), e uma redução de 2,30% no segundo ano após a eleição (DDDE). A variável (DDE) perde significância estatística, mas mantém o sinal

de positividade anterior, enquanto que as demais variáveis de natureza político-ideológica não tiveram resultados estatisticamente significantes.

O efeito reduzido, embora presente, do período eleitoral na variação das despesas com pessoal, em comparação com outras funções de despesas como aquelas efetuadas com Investimento e Habitação, pode ter como causa as limitações e controle decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 101/2000 mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da própria Constituição Federal. A LRF, além de fixar um teto para as despesas totais com pessoal dos Estados em 50% (cinquenta por cento) da Receita Corrente Líquida, impõe sanções na forma de impedimentos no recebimento de transferências voluntárias, na obtenção de garantias de outro ente ou na contratação de créditos. Além disso, a referida lei torna nulo qualquer aumento de despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final dos mandatos dos titulares dos Poderes ou órgãos, incluindo-se o chefe do Poder Executivo Estadual. Portanto, o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, limitou a autonomia dos governantes em manusear de forma oportunista as despesas com pessoal, que pudesse ser encetada seja pela majoração de salários e benefícios remuneratórios, seja através da contratação de novos servidores. Quanto a este último ponto, a própria Constituição Federal de 1998, também limita a possibilidade de contratação de pessoal ao estabelecer e exigência de submissão ao concurso público para a investidura em cargo ou emprego público.

No caso das estimações para Despesas com Habitação e Urbanismo, os resultados para os modelos padrão (3) e ampliado (4), foram bastante similares. A única variável, além do controle LRECTOT, que apresentou significância estatística foi a *dummy* (DDE), indicando forte queda nesta função de despesa em anos pós-eleitorais, em percentuais superiores a 14%.

A tabela 4.4. apresenta os resultados das estimações para as Despesas de Transporte – sob as quais se incluem o transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo - e com Educação – que incluem gastos com ensino fundamental, médio, profissional, superior, educação infantil, educação de jovens e adultos, educação especial e demais subfunções.

O modelo padrão (1) para os gastos com transporte, indica importante comportamento oportunista. Os gastos nos dois anos seguintes ao ano eleitoral apresentam quedas de cerca de 12,17% para o primeiro ano - (DDE) – e de 7,98% - (DDDE) – para o ano seguinte. A *dummy* (DAE) também apresentou parâmetro com

sinal negativo, mas sem significância estatística. Com a incorporação das variáveis com componente ideológico-partidário, os resultados mantêm-se próximos ao anterior quanto as *dummies* eleitorais, com queda de 12,44% e 9,20% nos dois anos seguintes ao ano eleitoral – (DDE) e (DDDE).

A diferença está na incorporação do caráter partidário no padrão dos gastos. Os partidos enquadrados como sendo de centro, tendem a gastar aproximadamente 7,0% menos em transportes ao longo de seus mandatos que os partidos definidos como sendo de esquerda.

As estimações para as despesas com educação constam nas colunas (3) e (4) da tabela 4.4. A estimação padrão encontrou que os gastos feitos nos anos anteriores à eleição são 3,18% inferiores ao ano eleitoral. Não parece haver, contudo, permanência do componente oportunista para os anos seguintes à eleição. Porém, quando o modelo é ampliado para (4), o período intermediário (DDDE) passa a apresentar significância estatística, com queda de 3,71% nos gastos reais com educação em comparação com o ano eleitoral, além da confirmação do gasto em anos anteriores ao ano eleitoral (DAE) em 4,83%. O comportamento oportunista é ainda manifestado para os políticos que concorrem à reeleição que, em geral gastam cerca de 3,16% menos em educação nos anos de eleição. O oportunismo neste caso poderia ser explicado pelo fato de que a educação possui importante componente de subjetividade e, de um modo geral, requer prazos maiores para alcançar resultados em termos de qualidade, de modo que, a ampliação dos gastos com educação em anos de eleição – notadamente aqueles que não se referem à construção e reforma de instalações - não oferecem visualmente, à maior parte dos eleitores, apelo impactante que possa indicar competência do governante. Os resultados sugerem ainda que o viés ideológico-partidário também afeta os gastos em educação, sendo que os partidos de centro gastam cerca de 5,0% menos em educação ao longo de seus mandatos do que os partidos de esquerda.

Quando comparadas aos gastos com transportes ou gastos com Investimentos, as despesas com educação revelam um comportamento menos instável e com menor influência do calendário político-eleitoral, apesar da identificação do ciclo oportunista em suas trajetórias. Além do fato de aparentemente possuírem um menor apelo eleitoral, o menor efeito dos ciclos políticos sobre a evolução dos gastos com educação é resultado de regramentos legais que impedem a redução de gastos e vinculam fontes de receitas dos Estados às despesas com educação.

A Constituição Federal exige dos Estados e Municípios a aplicação anual nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Por si só, tal imposição Constitucional limita a discricionariedade do governante nos gastos com educação ao estabelecer um piso que corresponde a grande fração de suas receitas.

**Tabela 4.4. Estimações para as Despesas de Transporte e de Educação dos Estados - (1995/2013)**

Variáveis/Modelos	Transportes		Educação	
	EA	EAA	EA	EAA
	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>lrectot</b>	<b>0,31639</b>	<b>0,32959</b>	<b>0,80019</b>	<b>0,81222</b>
	<b>(0,026)</b>	<b>(0,020)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>
<b>dae</b>	-0,03751	-0,03809	<b>-0,031854</b>	<b>-0,04831</b>
	(0,197)	(0,255)	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>
<b>dde</b>	<b>-0,12174</b>	<b>-0,12449</b>	0,00202	-0,015550
	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>	(0,922)	(0,499)
<b>ddde</b>	<b>-0,07988</b>	<b>-0,09192</b>	-0,02019	<b>-0,03714</b>
	<b>(0,005)</b>	<b>(0,008)</b>	(0,247)	<b>(0,055)</b>
<b>leleit</b>	0,03056	0,02152	0,10876	0,05185
	(0,977)	(0,984)	(0,631)	(0,825)
<b>tend</b>	0,01942	0,01799	-0,00232	-0,00271
	(0,194)	(0,238)	(0,607)	(0,520)
<b>cent</b>		<b>-0,06982</b>		<b>-0,05040</b>
		<b>(0,098)</b>		<b>(0,020)</b>
<b>dir</b>		-0,06913		-0,029141
		(0,222)		(0,208)
<b>creele</b>		0,00093		<b>-0,03164</b>
		(0,985)		<b>(0,019)</b>
<b>const</b>	1,30655	1,35752	1,18644	1,35752
	(0,534)	(0,525)	(0,676)	(0,525)
<b>Nº de observações</b>	509	509	511	511
<b>r<sup>2</sup> within</b>	0,2462	0,2513	0,5232	0,5336
<b>r<sup>2</sup> between</b>	0,0491	0,1023	0,4473	0,434
<b>r<sup>2</sup> overall</b>	0,148	0,1629	0,5121	0,518
<b>Wald</b>	96,93	105,21	888,09	1624,08
<b>Wald P&gt;chi2</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Teste de Hausman</b>	0,46	1,33	1,68	2,04
	(0,998)	(0,998)	(0,9465)	(0,9908)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de resultados do trabalho, utilizando-se o software Stata 12 para a estimação da regressão dos dados. Notas: Os p-valores estão entre parênteses. Os parâmetros que apresentaram significância estatística estão em negrito. Os modelos são identificados por EA quando estimados por efeitos aleatórios e EF quando por efeitos fixos, EAA e EFA, quando o modelo for ampliado pela inclusão de variáveis políticas

Além disso, uma substantiva parcela de recursos aplicados em educação pelos Estados são provenientes de transferências recebidas da União através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) com destinações específicas

vinculadas a programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e o EJA (Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos).

A tabela 4.5. exibe os resultados das estimações para as Despesas com Obras e Instalações e com Urbanismo – este agora desagregado da função habitação – para o período de 2002 a 2013.

Os modelos para as despesas com obras confirmam a forte influência do período eleitoral já identificada nas estimações anteriores, mais destacadamente naquelas relacionadas às despesas de capital e investimentos. Tanto no modelo padrão (1), quando no ampliado (2) todas as variáveis *dummies* para os anos não eleitorais mostraram-se altamente significativas. Além disso, foi identificada uma tendência à ampliação das despesas com obras ao longo dos anos em estudo.

Para o modelo (1), as despesas no ano anterior à eleição (DAE) com obras, são cerca de 8,63% inferiores do que no ano eleitoral, enquanto que nos anos seguintes caem cerca de 20% - DDE – e 16,15% - DDDE, o que mais uma vez sugere comportamentos oportunistas dos governantes no país. Identificou-se ainda uma tendência ao crescimento nas despesas com obras de cerca de 2,36% ao longo dos anos. O modelo ampliado (2), encontrou resultados bem próximos ao padrão (1), com ligeira redução nos parâmetros. A redução dos gastos nos anos não eleitorais para aquele modelo foi de 7,00%, 18,43% e de 14,51% para os anos pré-eleitorais (DAE), e nos dois anos seguintes às eleições - DDE e DDDE -, respectivamente. A tendência de expansão nos gastos em obras também foi constatada em variação idêntica ao modelo (1), cerca de 2,36%, positivamente.

Não foi identificada influência do componente ideológico-partidário nas despesas com obras, o que sugere que, independente das bandeiras e eventuais programas que defendam, os partidos dos diferentes matizes possuem um comportamento similar e oportunista no que se refere aos gastos com obras, promovendo a expansão dos gastos em anos de eleição, com provável interesse em obter vantagens nos resultados eleitorais.

Ainda mais acentuados são os resultados para as despesas de Urbanismo ilustrados nas colunas (3) e (4) da tabela 4.5. O modelo reduzido (3) encontrou que nos anos pré-eleitorais (DAE) as despesas são cerca de 16,54% inferiores, enquanto que nos anos seguintes eles reduzem primeiro (DDE) em 19,38% e depois (DDDE) em 13,87%, em comparação com os anos eleitorais.



**Tabela 4.5. Estimções para as Despesas com Obras e Urbanismo dos Estados - (2002/2013)**

Variáveis/Modelos	Obras		Urbanismo	
	EA	EAA	EA	EAA
	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>lrectot</b>	<b>0,39092</b>	<b>0,38033</b>	0,9683	0,16715
	(0,002)	(0,004)	(0,613)	(0,371)
<b>dae</b>	<b>-0,08630</b>	<b>-0,07000</b>	<b>-0,16548</b>	<b>-0,19430</b>
	(0,001)	(0,018)	(0,008)	(0,019)
<b>dde</b>	<b>-0,20027</b>	<b>-0,18433</b>	<b>-0,19387</b>	<b>-0,22132</b>
	(0,000)	(0,000)	(0,003)	(0,007)
<b>ddde</b>	<b>-0,16156</b>	<b>-0,14518</b>	-0,13870	<b>-0,16565</b>
	(0,000)	(0,000)	(0,119)	(0,063)
<b>leleit</b>	0,21133	0,20293	-0,46964	-0,39740
	(0,832)	(0,843)	(0,826)	(0,852)
<b>tend</b>	<b>0,02360</b>	<b>0,02369</b>	0,05398	0,05034
	(0,024)	(0,024)	(0,150)	(0,200)
<b>cent</b>		0,01128		-0,15641
		(0,777)		(0,221)
<b>dir</b>		-0,01374		-0,02345
		(0,800)		(0,865)
<b>creele</b>		0,0392		-0,05752
		(0,321)		(0,736)
<b>const</b>	0,66597	0,68777	2,70159	2,51594
	(0,730)	(0,726)	(0,535)	(0,564)
<b>Nº de observações</b>	324	324	294	294
<b>r<sup>2</sup> within</b>	0,4650	0,4674	0,1129	0,1232
<b>r<sup>2</sup> between</b>	0,0138	0,0156	0,0624	0,1282
<b>r<sup>2</sup> overall</b>	0,2287	0,2316	0,0719	0,0940
<b>Wald</b>	139,75	151,34	36,22	40,65
<b>Wald P&gt;chi2</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Teste de Hausman</b>	0,46	12,41	5,93	3,93
	(0,998)	(0,191)	(0,431)	(0,916)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de resultados do trabalho, utilizando-se o software Stata 12 para a estimação da regressão dos dados. Notas: Os p-valores estão entre parênteses. Os parâmetros que apresentaram significância estatística estão em negrito. Os modelos são identificados por EA quando estimados por efeitos aleatórios e EF quando por efeitos fixos, EAA e EFA, quando o modelo for ampliado pela inclusão de variáveis políticas.

Ressalva-se, porém, que a *dummy* para os anos intermediários DDDE neste modelo não se mostrou significativa, embora o p-valor encontrado tenha sido próximo de uma significância a 10%. Por outro lado, as demais variáveis que captam o comportamento cíclico dos gastos são vigorosamente significativas estatisticamente. O modelo (4) ratifica as respostas de (3), mas encontra influências ainda maiores dos períodos eleitorais na execução dos orçamentos dos Estados para Urbanismo. Os efeitos eleitorais resultaram em gastos 19,43%, 22,13% e 16,56% inferiores nos anos pré-eleitorais e pós-eleitorais para o período da amostra, respectivamente.

Também para as despesas com Urbanismo as variáveis que representam os efeitos ideológico-partidários não se mostraram significativas. Isso sugere novamente que não há diferença importante que distinga os partidos em relação à execução dos orçamentos estaduais voltados para as despesas com urbanismo. Os partidos em geral seguem uma postura oportunista vinculados ao calendário eleitoral e à maximização de votos.

Os resultados das estimações permitem concluir, de um modo geral, que há presença de ciclos políticos orçamentários na execução das despesas públicas dos Estados brasileiros. Essa presença mostrou-se ser mais acentuada nas despesas relacionadas a investimentos como aquelas destinadas a obras e urbanismo. Tal conclusão encontra respaldo na teoria econômica, notadamente na Teoria dos Ciclos Políticos Econômicos apresentada por Nordhaus (1975) e Rogoff (1987), sendo identificado o comportamento oportunista na condução das despesas orçamentárias dos Estados, que tendem a expandir-se nos anos eleitorais e contrair-se ao longo dos anos pós-eleitorais.

Tais resultados encontram ainda correspondência com aqueles descritos por: Drazen e Eslava (2003), que encontrou um crescimento de cerca de 6,0% nos gastos totais e de 16% naqueles com investimentos, em anos eleitorais nos Estados da Colômbia; Gámez e Ibarra-Núñez (2009), também identificou comportamento cíclico para os gastos em Estados mexicanos, com expansão de cerca de 2,00% nos gastos totais em anos eleitorais; Veiga (2004) detectou evidências de ciclos políticos orçamentários nos municípios portugueses, onde se constatou empiricamente que há ampliação de déficits municipais e das despesas, especialmente as despesas de investimento, em anos eleitorais; Sakurai e Gremaud (1997), cujas estimações observaram impulsos positivos nos gastos em anos eleitorais para as despesas totais e correntes para o municípios paulistas; no artigo de Sakurai (2009), que sugeriu um efeito composição dos orçamentos municipais em anos eleitorais, com expansão nas funções de despesas como saúde e saneamento e habitação e urbanismo, não tendo assinalado, contudo, o mesmo padrão para o caso das despesas com educação; Bittencourt (2002), igualmente detectou a manifestação dos ciclos na execução das despesas dos Estados no Brasil entre 1983 e 2000, com resposta ao período eleitoral, descrevendo como mais intensos os efeitos sobre as despesas com transportes e habitação e urbanismo; Araújo (2010), que apontou forte intensidade do efeito dos

ciclos eleitorais sobre gastos dos Estados brasileiros com despesas de custeio, capital, educação e saúde.

Por outro lado, não foi identificada uma diferença substantiva na condução do orçamento público entre os partidos que pertencem a grupos ideológicos distintos. Dentre as dez variáveis analisadas apenas três - despesa total, despesas correntes e educação - indicaram que o viés ideológico-partidário possa afetar a forma como os gastos públicos são direcionados. Todavia, esse fator não apresentou grande relevância: os gastos totais e as despesas correntes dos partidos de direita foram cerca de 1,7% e 3,0% inferiores; e, os gastos com educação foram cerca de 5,0% inferiores para os partidos de centro ao longo dos mandatos, em relação aos partidos de esquerda.

Os resultados relativamente baixos do impacto do componente ideológico partidário, identificados nos modelos apresentados neste trabalho contrastam com os divulgados em Araújo (2010), que localizou forte viés ideológico na gestão dos gastos públicos estaduais. Todavia, encontra confluência ao que foi descrito em Sakurai e Gremaud (1997), Bittencourt (2002) e Sakurai (2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como escopo verificar, através de modelagem econométrica por dados em painel, se há evidências empíricas da presença de Ciclos Político-Econômicos na execução das despesas orçamentárias dos governos estaduais do Brasil, analisando-se as políticas fiscais e resultados eleitorais no período de 1995 a 2013.

Tendo como referencial teórico os postulados da Teoria de Ciclos Políticos Econômicos assentados fundamentalmente por Nordhaus (1975), Rogoff (1990), Hibbs (1977) e Alesina (1987) buscou-se verificar se os governos estaduais manipulam os gastos públicos como medida de sinalizar competência diante dos eleitores objetivando ampliar as chances de vitória eleitoral do candidato/partido para manutenção do poder. Assim, a principal hipótese testada foi averiguar se os governos estaduais empregam políticas fiscais expansionistas próximos às eleições e restritivas no início dos mandatos, consoante previsão teórica. Ademais, foi examinado se a diferença ideológico-partidária possui influência na forma como se comportam os gastos públicos realizados nos governos estaduais no Brasil.

Os resultados evidenciaram a presença de CPE nos gastos públicos a nível estadual no Brasil, seguindo, em termos gerais, os pressupostos delineados pelo modelo oportunista. Restou demonstrado que os gastos públicos são ampliados nos anos eleitorais em comparação com os demais anos dos mandatos, confirmando-se a hipótese adotada.

A presença da influência do calendário eleitoral na evolução dos gastos públicos foi observada de forma mais contundente em algumas funções despesas específicas, quais sejam, despesas de capital, investimentos, obras e urbanismo. Algumas razões podem explicar tal resultado: primeiro, existem limitações de ordem legal que restringem e vinculam as despesas públicas reduzindo o grau de discricionariedade dos gastos; segundo, que os gastos em obras públicas e sua inauguração próxima ao período eleitoral, como geralmente ocorre, possuem, aparentemente, maior apelo eleitoral posto serem as obras mais tangíveis e observáveis aos eleitores do que gastos realizados com educação, por exemplo. Essa segunda inferência é reforçada com o resultado de que os governantes que concorreram à reeleições gastaram ainda mais com despesas de capital e investimentos e menos em educação em anos eleitorais do que aqueles que não disputaram a reeleição. Esses

resultados guardam proximidade com aqueles apresentados em Drazen e Eslava (2003), Gámez e Ibarra-Núñez (2009), Veiga (2004), Sakurai e Gremaud (1997), Sakurai (2009) e Bittencourt (2002).

No que se refere especificamente ao teste quanto à existência de diferença na gestão dos gastos estaduais, pelos diferentes grupos ideológicos partidários, observou-se que não há uma diferença importante que distinga esses grupos no Brasil. Dentre as dez variáveis analisadas apenas três - despesa total, despesas correntes e educação - indicaram que o viés ideológico-partidário afeta a forma como os gastos públicos são direcionados, porém, com impacto pouco relevante. No período analisado, os gastos totais e as despesas correntes dos partidos de direita foram cerca de 1,7% e 3,0% inferiores enquanto que, os gastos com educação foram cerca de 5,0% inferiores para os partidos de centro ao longo dos mandatos, em relação aos partidos de esquerda. Esse resultado, embora conflite com o enunciado pelo modelo partidário de Hibbs (1977), de certo modo já poderia ser esperado para o Brasil e corrobora a idéia de que há pouca consistência ideológica por parte dos partidos políticos do país. Resultados semelhantes a esse respeito foram encontrados em Sakurai e Gremaud (1997), Bittencourt (2002) e Sakurai (2009).

Assim, pode-se concluir que, para a amostra selecionada, é possível asseverar que a realização dos gastos públicos estaduais no Brasil é afetada pelo calendário eleitoral, oscilando de maneira cíclica conforme previsto na teoria dos Ciclos políticos Econômicos. Tal comportamento ocorre de forma indistinta entre os governos, que aceleram as despesas no último ano dos mandatos, ou seja, nos anos em que há eleições, independentemente do grupo ideológico-partidário que estejam inseridos os seus governantes.

Embora os objetivos da pesquisa tenham sido alcançados, o campo abrangido pela Teoria de Ciclos Políticos Econômicos ainda permite outras nuances e aprofundamentos em futuras investigações. Primeiro seria relevante, havendo disponibilidade de dados e informações, desagregar ainda mais os dados para observar em qual tipo de gastos se dá maior influência do calendário eleitoral na execução orçamentária. Outra possibilidade, para a pesquisa de ciclos políticos orçamentários, seria adotar a regionalização para níveis municipais ou nacionais; poder-se-ia ainda avaliar a condução fiscal dos países no geral, podendo-se considerar os efeitos espaciais ou características como faixas de renda e/ou grau de desenvolvimento e maturidade das democracias e instituições.

Outras indagações poderiam ser objeto de novas investigações tais quais: em que medida e em qual direção o oportunismo na condução das despesas públicas influencia o resultado eleitoral? Se há influência, quais áreas e tipos de despesas rendem mais votos? O nível de informação da sociedade, por meio de jornais, revistas, internet e do grau de transparência dos gastos públicos afetam a forma como são gastos e o destino dos gastos públicos? O maior grau de informação da sociedade poderia condenar aqueles que agissem de forma oportunista? Como a dimensão e a composição dos ciclos políticos orçamentários dependem das características institucionais do país? Há perda de eficiência quando da execução cíclica do orçamento? Enfim muitas questões ainda podem ser levantadas e indicar novas abordagens de pesquisa.

Como citado por Gamez e Ibarra-Nunez (2009), o estudo do ciclo político econômico constitui uma área relevante e promissora que pode proporcionar elementos valiosos para uma melhor tomada de decisões políticas, análises de política fiscal, avaliação de políticas públicas, planejamento e finanças corporativas, dentre outros. É um campo relativamente novo que oferece uma abrangente perspectiva para investigações futuras.

## REFERÊNCIAS

ALESINA, A. **Macroeconomic policy in a two-Party System as a repeated game.** *Quartely Jornal of Economics*, 102, 651-78, 1987.

\_\_\_\_\_.; ROUBINI, N.; COHEN, G. **Political Cycles and the Macroeconomy.** MIT Press, 1997.

ARAÚJO, Jevuks Matheus de. **Relações entre economia e política: uma análise dos ciclos político-econômicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008.** 69 f. Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade de Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

ARAUJO JUNIOR, A. F.; CANÇADO, Paulo Lopes; SHIKIDA, Cláudio Djissey. **Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais - 2000.** Informe Gepec, Toledo (PR), v. 09, n.2, 2005.

ARROW, Keneth Joseph. **Social Choice and Individual Values.** New York: wiley, Chapman & Hall, 1951.

BALTAGI, Badi H. **Econometric Analysis of Panel Data.** John Wiley & Sons LTDE, 3ª Edition. England, 2005.

BARDHAN, P; MOOKHERJEE, D. **Capture and governance at local and national levels.** *American Economic Review*, 90 (2), pp. 135-139, 1987.

BATISTA, Cristiane. **Partidos políticos, ideologia e política social na América latina: 1980-1999.** Dados – revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, n. 3, 2008, PP. 647-686.

BITTENCOURT, J. L. **Evidências de ciclo político na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000.** 142 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BORSANI, Hugo. **Eleições e desempenho macroeconômico na América latina (1979-1998).** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 44, n. 3, PP. 481 a 512, 2001.

\_\_\_\_\_. **Relações entre política e economia: Teoria da Escolha Pública.** In: **Economia do Setor Público no Brasil.** BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (org.). Editora Campus. Rio de Janeiro – RJ, 2004.

BONOMO, Marco; TERRA, Cristina. **The policital economy of exchange rate policy in Brazil: 1964-1997.** Inter-American Development Bank, Working Paper Series, n. 367, 1999.

BRASIL. **Lei de responsabilidade fiscal: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. 4. Reimpr. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005, 80 p.

BRENDER, Adi. **The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989–1998**. *Journal of Public Economics*: nº 87, páginas 2187–2205, 2003.

\_\_\_\_\_; DRAZEN, Allan. **Where does the political budget cycle really come from?** CEPR Discussion Papers, nº 4049, 2003.

BUCHANAN, James; TULLOCK, Gordon. **The Calculus of Consent**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1962.

BURDEKIN, Richard C. K.. **Fluctuations in U.S. voting behavior: evidence from presidential elections**. Federal Reserve Bank of Dallas. Research Paper n. 8506, oct. 1985.

CARRILLO, Paúl A. **Los Ciclos Políticos Económicos em Ecuador: 1993-2010**. Departamento de Estudios Tributários, Centro de Estudios Fiscales, Servicio de Rentas Internas, Quito, Ecuador, jun. 2012.

CANÊDO-PINHEIRO, M. **Bolsa Família ou Desempenho da Economia? Determinantes da Reeleição de Lula em 2006**. In: XXXVII Encontro Nacional de Economia, 2009, Foz do Iguaçu. Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia, 2009.

CAPLAN, B. **Rational ignorance versus rational irretionality**. *Kyklos*, v. 54, n. 1, p. 3-26, 2001.

COSTA, Mylena Moreira de Alencastro. **Reeleição e Política Fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos**. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Curso de Pós- Graduação em Economia, UNB, Brasília, 2006.

COSSIO, F. A. B. **O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos**. *Economia*, v. 2, n. 1, p. 207-258, 2001.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper Collins Publshers, 1957.

DRAZEN, A. **The political business cycle after 25 years**. University of Maryland, Hebrew University of Jerusalem, NBER, p. 75-137, 2000.

\_\_\_\_\_; ESLAVA, M. **The political business cycle in Colombia on the National and Regional level**. Archivos de Economía 003616, Departamento Nacional de Planeación, 2003.



\_\_\_\_\_. **Political business cycles**. The New Palgrave Dictionary of Economics. 2nd ed. Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave: Macmillan, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Political budget cycles**. The New Palgrave Dictionary of Economics. 2nd ed. Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave: Macmillan, 2008b.

DURNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. **Macroeconomic populism**. Journal of development Economics, 32, North-Holland, 1990.

FAIR, RAY C. **Econometric and presidential elections**. Journal of Economic Perspectives – volume 10, number 3 – pages 89-102, 1996.

FENOLIO, F. R. **Ciclos eleitorais e política monetária: evidências para o Brasil**. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica). Departamento de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2007.

FEREJOHN, J. **Incumbent performance and electoral control**. Public Choice, 50: 5-25, 1986.

FERNANDES, I. F. A. L.; FERNANDES, Gustavo A. A. L. **O voto econômico no Brasil: evidências com dados em painel e em multinível**. In: Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2013, São Paulo. III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. São Paulo: DCP/USP, 2013.

FERREIRA, I. F. S. **Eleições e política fiscal: o papel das transferências voluntárias intergovernamentais, da competência administrativa e do endividamento nos ciclos político-orçamentários**. 139 f. Tese (Doutorado em Economia), Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. **Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro**. Revista Brasileira de Economia (RBE), vol. 61, n. 3, p. 271-300, jul./set. 2007.

FERREIRA, Pedro Fernando. **Compra de votos: estimativas do efeito do gasto eleitoral nas eleições do Distrito federal em 2006**. Pesquisa & debate, SP, volume 23, número 1 (41) PP. 25-49, 2012.

FIALHO, T. M. M. **Performance macroeconômica e política: análise da evidência de ciclos políticos no Brasil – 1953-1995**. 77 f. Dissertação (Mestrado), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

\_\_\_\_\_. **Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil**. RBE, Rio de Janeiro, 51(3): 379-89, jul/set, 1997.

FIGUEIRA, Paulo Roberto. **A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política**. Lumina – juiz de Fora – Facom/UFJF – v. 5, n.2, p. 67-77, jul/dez. 2002.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. ; PARANHOS, R. ; SILVA JUNIOR, J. A. ; ROCHA, E. C. . **Gastos e Votos nas eleições 2012: o caso dos candidatos a prefeito das capitais brasileiras**. In: III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013, Curitiba. III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.

FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; DUENHAS, Rogério Allon; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. **Impactos eleitorais de políticas públicas municipais: uma análise de painel de dados para o Brasil: 1996-2007**. 8º Encontro da ABCP. 01 a 04 de ago. 2012. Gramado, RS.

GAMA NETO, R. B. **Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 19, p. 27-42, 2011.

GÁMEZ Cesáreo; IBARRA-YÚNEZ, Alejandro. **El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos**. Gestión y Política Pública, Vol. XVIII, n. I, I semestre de 2009.

GERBER, A. **Estimating the effect of campaign spending on senate election outcomes using instrumental variables**. American Political Science Review, v. 92, p. 401-411, 1998.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil. - 3. ed. - Elsevier**. Rio de Janeiro, 2008.

GIUS, Mark. **The Effects of Campaign Expenditures on Congressional Elections**. American Review of Political Economy. Vol. 7(1/2). Pages 51-66, June/December, 2009.

GREGORIO, L. P. ; CASSUCE, F. C. C. ; SANTOS, J. L. C. **Influência dos períodos eleitorais nos gastos públicos dos municípios mineiros**. Revista de Ciências Humanas (Viçosa), v. 11, p. 36-52, 2011.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

GROSSMAN, G.M.; HELPMAN, E.. **Electoral competition and special interest politics**. Review of economic studies. Vol. 63, PP. 265-286, 1996.

GUJARATI, Damodar N. **Econometrica Básica**. – 3. Ed. – Pearson Makron Books, 2000. São Paulo, 2000.

HIBBS Jr, DOUGLAS A. **Political parties and macroeconomic policy**. American Political Science Review, 71, 1467-87, 1977.

JACOBSON, G. C. **The Effects of Campaign Spending in Election Outcomes: New Evidences for Old Arguments**. American Journal of Political Science, v. 34, p. 334-362, mai. 1990.

JACOBSON, G.; KERNELL, S. **Strategy and choice in congressional elections**. [S.l.]: Yale University Press, 1983.

JOHNSTON, J; DINARDO, J. **Econometric method**. McGraw-Hill, 1997.

JULA, D.; JULA, N. **Political budget cycles in the Romanian regions**. Institute for Economic Forecasting, University of Bucharest, Bucharest, p. 1-18, 2007.

KRAMER, Gerald H.. **Short-term fluctuation in U.S. Voting Behavior, 1896-1964**. American Political Science review, 1971, 65, 135-43.

KRUEGER, Anne. **The political economy of rent-seeking society**. American Economic Review, n. 65, PP. 291-303, 1974.

LARRAÍN, F; ASSAEL, P. **Cincuenta años de ciclo político-económico em Chile**. Cuadernos de Economía, Ano 32, n. 96, PP. 129-150, ago. 1995.

\_\_\_\_\_. **El ciclo político económico: teoría, evidencia y extensión para una economía abierta**. Cuadernos de Economía, Ano 31, n. 92, PP. 87-113, abr. 1994.

LEVITT, S. D. **Using repeat challengers to estimate the effect of campaign spending on election outcomes in us house**. Journal of Political Economy, v. 102, p. 777-798, 1994.

LIMA, R. C. A.; MENEZES, T. A. **Uma Análise Espacial das Eleições Presidenciais Brasileiras de 2010**. In: XX Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento 2014 - XIX Encontro Regional de Economia, 2014, Fortaleza. XIX Encontro Regional de Economia, 2014.

LÓPEZ, M., GALLÓN, S.; FRESARD, C. **El ciclo político-económico en Colombia, 1925-1999**. Lecturas de Economía, 56(56), 7-30, 2002.

MANIN, B.; PRZEWORSKI.; STOKES, S. C. **Eleições e representação**. Lua Nova, n. 67, p. 105-138, 2006.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

McGRANE, D. **Socio-Economic Determinants of Voting Behaviour in Canadian Provincial Elections from 1988 to 2006**. Paper apresentado na Conferência Annual da Associação Canadense de Ciência Política. Em Saskatoon, Saskatchewan, Canadá, 2007.

MARTINS, R. **As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Estudos do GEMF, n. 5, Coimbra Portugal, 2002.

MENDONÇA, Gustavo de Freitas Guimarães Ávila. **Aspectos do mercado eleitoral brasileiro: análise econométrica do impacto dos gastos de campanha nas eleições**

**para a Câmara e o Senado de 2002.** Orientador: Octavio Amorim Neto. Dissertação (Mestrado) – Escola de Pós-Graduação em Economia da fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio de Janeiro, 2007.

MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. **O que reelege um Prefeito?** Consultoria Legislativa do Senado Federal. Textos para Discussão 7. Brasília, abril, 2004.

MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. **Reeleição sob informação imperfeita: evidências para os municípios brasileiros.** Série textos para Discussão, nº 313. Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S.; CARVALHO, A. X. **O que leva um governante à reeleição?** Texto para Discussão (IPEA. Brasília), Brasília, v. 1135, p. 1-31, 2005.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. **Reeleição e Política Fiscal: Um Estudo dos Efeitos da Reeleição nos Gastos Públicos.** Revista de Economia Aplicada, Dep. de Economia FEA-USP/FIPE, v. 5, n.3, p. 601-622, 2001.

MENEZES, Aline Maria Souza. **Eleições para senador no Brasil e gastos em campanha.** Orientador: Prof. Dr. José Raimundo de Araújo Carvalho Júnior. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós- Graduação em Economia, CAEN, Fortaleza, 2010.

MENEZES FILHO, N. A.; LIBANIO, Rita. **Indicadores Sociais e Desempenho nas Eleições Estaduais.** In: XXXI Encontro Nacional de Economia, 2003, Porto Seguro. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia. Belo Horizonte: ANPEC, 2003. v. 1.

NAKAGUMA, M. Y. **Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro.** 78 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NORDHAUS, W. **The Political Business Cycle.** Review of Economic Studies, n. 42, p. 169-190, 1975.

NOVAES, Lucas; MATTOS, Enlinson. **O efeito da intenção de reeleição sobre gastos em saúde: uma análise com base no modelo de reputação política.** Revista de Economia Política, vol. 30, nº 1 (117), PP. 140-158, janeiro/março/2010.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: USP, 2011.

OLIVEIRA, K. V. ; CARVALHO, F. A. de; JORGE, M. F. ; JORGE, M. J. **Calendário Eleitoral e Gestão Pública: uma análise contábil-métrica das despesas municipais no estado do Rio de Janeiro no período de 1998 a 2006.** ConTexto, v. 14, p. 115-126, 2014.

OLIVEIRA, K. V.; CARVALHO, F. A. de. **A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio**

**de Janeiro no período 1998 – 2006.** RCO – Revista de Contabilidade e organizações – FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 121-141, jan./abr., 2009.

PEREIRA, André Luiz Greve; FERNANDEZ, J. C. **A influência das transferências voluntárias na reeleição dos prefeitos e no desenvolvimento dos municípios baianos.** In: Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2007, Recife. Encontro Nacional de Economia 2007 - ANPEC, 2007

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. **O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1999 para a Câmara dos Deputados.** DADOS. Vol. 44, n. 2. Rio de Janeiro: 2001.

PERSON, T.; TABELLINI, G. **Macroeconomic Policy, Credibility, and Politics.** Harwood Academic Publisher, 1990.

PETTERSSON-LIDBOM, P. (2000). **A test of the rational electoral-cycle hypothesis.** In Pettersson, P. (eds), Elections, Party Politics and Economic Policy, Monograph Series No. 40, IIES, Stockholm University.

PREUSSLER, A. P. S. **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil.** 97 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_; PORTUGAL, M. S. **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil.** Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 5, p. 1-17, 2002. (Textos para Discussão).

QUEIROZ, Mario Cesar L.; BITTENCOURT da Silva, A.. **Ciclos Políticos Orçamentários no Estado do Ceará (1986 - 2006).** Planejamento e Políticas Públicas, v. 35, p. 223-254, 2010.

REICHENVATER, Arno. **Business cycles, political incentives and the macroeconomy: comparison of models.** MPRA. Paper n. 5527, oct. 2007.

REKKAS, M. **Gender and elections: An examination of the 2006 canadian federal election.** *Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique*, v. 41, n. 04, p. 987–1001, 2008.

RIKER, W.; ORDESHOOK, P. **A theory of the calculus of voting.** *American Political Science review*, n. 62, p. 25-42, 1968.

ROGOFF, K. **Equilibrium political budget cycles.** National Bureau of Economic Research, Working Paper n. 2428, Cambridge, p. 1-35, Nov. 1987.

\_\_\_\_\_. **Equilibrium Political Budget Cycles.** *American economic Review*, 80, n.1, 1990.

\_\_\_\_\_; SILBERT, A. **Election and Macroeconomic Policy Cycles.** *Review of Economic Studies*, 55, n. 1, 1998.

ROTH, Roy K. **Does the economy determine the President? A regression model for predicting US presidential elections.** Undergraduate Economic Review. Vol. 9, Issue 1, Article 11, 2012.

SAKURAI, S. N.; MENEZES FILHO, N. A. **Política fiscal e reeleição nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel para o período 1988-2000.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007.

\_\_\_\_\_; GREMAUD, A. P. **Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001).** Economia Aplicada, v. 11, n. 1, p. 27-54, 2007.

\_\_\_\_\_; **Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel.** Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 49, n. 1, p. 39-58, jan./mar. 2009.

SALVATO, M. A. *et al.* **Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006.** Belo Horizonte: IDHS/PUC-MG, 2007. (Working Paper, n. 01-2007).

SAMUELS, D. **Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil.** Dados, vol. 40, n. 3, Rio de Janeiro, Iuperj, 1997.

\_\_\_\_\_. **Money, elections, and democracy in Brazil.** Latin American Politics and Society, v. 43, n. 2, p. 27–48, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil.** The Journal of Politics 64, 2002.

SANTOS, S. A. **Comportamento do voto: reeleições dos prefeitos em capitais brasileiras – 2008.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Curitiba, 2011.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SILVA, Felipe de Figueiredo; BRAGA, Marcelo José. **Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000 a 2008.** Planejamento e políticas públicas – pp. n. 40. Jan./jun. 2013.

SILVA, C. B.; NETTO JUNIOR, J. L. S. **Os Determinantes do Custo do Voto no Nordeste: Uma análise para as eleições de 2010.** In: Encontro Economia Baiana, 2013, Salvador. Dinamismo e Integração Econômica: Nordeste e Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os determinantes do custo do voto: uma análise para a eleição de 2010.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Sibele Leandra Penna; FARONI, Walmer; BARBIÉRI, Roberto Santos. **Ciclos político-orçamentários para os municípios do Norte do Brasil.** Revista Científica da FAMINAS – V.7, N.1, JAN-ABR. de 2001.

TAROUÇO, G; MADEIRA, Rafael Machado. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil.** Revista de Sociologia e Política, v.21, n. 45: 145-165, mar. 2013.

TAROUÇO, G. 2007. **Os partidos e a constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda.** Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz; STORNI, Tiago Prata. **Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais.** Sociedade e Cultura, v. 12, p. 91-116, 2009.

VALE, L. O.; ARAÚJO, A. F. V.; PAIXÃO, A. N. **Determinantes das chances de reeleição municipal: o caso das eleições municipais de Tocantins – 2004.** In: ENABER, 7., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: Aber, 2009.

VARTANIAN, Pedro Raffy; VIDEIRA, Raphael Almeida. **Determinantes macroeconômicos da popularidade do Presidente da República: uma análise sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais (2003-2010).** Revista de Economia Mackensie. V. 9, n. 2, p. 39-64, 2012.

VERGNE, C. **Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing economies.** European Journal of Political Economy, v. 25, n. 1, p. 63-77, 2009.

VEIGA, Linda Gonçalves; Veiga, Francisco José. **Political Business Cycles at the Municipal Level.** Universidade do Minho. Portugal, 2004.

WITTMAN, D. **Why democracies produce efficient results.** Journal of Political Economy. Vol. 97 (6), pp. 1395-1424, dec., 1989.

**ANEXO I**  
**Partidos Políticos Registrados no TSE**

	<b>SIGLA</b>	<b>NOME</b>	<b>DEFERIMENTO</b>	<b>PRESIDENTE NACIONAL</b>	<b>Nº</b>
1	<b>PMDB</b>	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.6.1981	MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA	115
2	<b>PTB</b>	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3.11.1981	CRISTIANE BRASIL	114
3	<b>PDT</b>	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981	CARLOS LUPI	112
4	<b>PT</b>	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.2.1982	RUI GOETHE DA COSTA FALCAO	113
5	<b>DEM</b>	DEMOCRATAS	11.9.1986	JOSÉ AGRIPINO MAIA	225
6	<b>PCdoB</b>	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.6.1988	LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS	665
7	<b>PSB</b>	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	1º.7.1988	CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS	460
8	<b>PSDB</b>	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.8.1989	AÉCIO NEVES DA CUNHA	445
9	<b>PTC</b>	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.2.1990	DANIEL S. TOURINHO	336
10	<b>PSC</b>	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.3.1990	EVERALDO DIAS PEREIRA	220
11	<b>PMN</b>	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990	TELMA RIBEIRO DOS SANTOS	333
12	<b>PRP</b>	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991	OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE	444
13	<b>PPS</b>	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.3.1992	ROBERTO FREIRE	223
14	<b>PV</b>	PARTIDO VERDE	30.9.1993	JOSÉ LUIZ DE FRANÇA PENNA	443
15	<b>PTdoB</b>	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	11.10.1994	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE	770
16	<b>PP</b>	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995	CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	111



17	<b>PSTU</b>	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	19.12.1995	JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	116
18	<b>PCB</b>	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	9.5.1996	IVAN MARTINS PINHEIRO*	221
19	<b>PRTB</b>	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	18.2.1997	JOSÉ LEVY FIDELIX DA CRUZ	228
20	<b>PHS</b>	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.3.1997	EDUARDO MACHADO E SILVA RODRIGUES	331
21	<b>PSDC</b>	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	5.8.1997	JOSÉ MARIA EYMAEL	227
22	<b>PCO</b>	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.9.1997	RUI COSTA PIMENTA	229
23	<b>PTN</b>	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	2.10.1997	JOSÉ MASCI DE ABREU	119
24	<b>PSL</b>	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	2.6.1998	LUCIANO CALDAS BIVAR	117
25	<b>PRB</b>	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.8.2005	MARCOS ANTONIO PEREIRA	110
26	<b>PSOL</b>	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.9.2005	RAIMUNDO LUIZ SILVA ARAÚJO	550
27	<b>PR</b>	PARTIDO DA REPÚBLICA	19.12.2006	ALFREDO NASCIMENTO	222
28	<b>PSD</b>	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	27.9.2011	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR, no exercício da presidência	555
29	<b>PPL</b>	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	4.10.2011	SÉRGIO RUBENS DE ARAÚJO TORRES	554
30	<b>PEN</b>	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	19.6.2012	ADILSON BARROSO OLIVEIRA	551
31	<b>PROS</b>	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	24.9.2013	EURÍPEDES G.DE MACEDO JÚNIOR	990
32	<b>SD</b>	SOLIDARIEDADE	24.9.2013	PAULO PEREIRA DA SILVA	777
33	<b>NOVO</b>	PARTIDO NOVO	15.9.2015	JOÃO DIONÍSIO FILGUEIRA B. AMOÊDO	330
34	<b>REDE</b>	REDE SUSTENTABILIDADE	22.9.2015	GABRIELA BARBOSA	118

				BATISTA	
35	<b>PMB</b>	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA	29.9.2015	SUÊD Haidar NOGUEIRA	335

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral). (\*) Nos termos do § 1º do art. 58 do estatuto do PCB, para fins jurídicos e institucionais, os cargos de Secretário Geral do Comitê Central e de Secretário Político dos Comitês Regionais e Municipais equiparam-se ao de Presidente do Comitê respectivo.

**ANEXO II**  
**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA – ANEXO DA PORTARIA**  
**MOG N. 42 DE 14 DE ABRIL DE 1999**

FUNÇÃO		SUBFUNÇÃO
1	Legislativa	031 - Ação Legislativa
		032 - Controle Externo
2	Judiciária	061 - Ação Judiciária
		062 - Defesa do Interesse Público no Proc. Judiciário
3	Essencial à Justiça	091 - Defesa da Ordem Jurídica
		092 - Representação Judicial e Extrajudicial
4	Administração	121 - Planejamento e Orçamento
		122 - Administração Geral
		123 - Administração Financeira
		124 - Controle Interno
		125 - Normatização e Fiscalização
		126 - Tecnologia da Informação
		127 - Orçamento Territorial
		128 - Formação de Recursos Humanos
		129 - Administração de Receitas
		130 - Administração de Concessões
		131 - Comunicação Social
5	Defesa Nacional	151 - Defesa Aérea
		152 - Defesa Naval
		153 - Defesa Terrestre
6	Segurança Pública	181 - Policiamento
		182 - Defesa Civil
		183 - Informação e Inteligência
7	Relações Exteriores	211 - Relações Diplomáticas
		212 - Cooperação Internacional
8	Assistência Social	241 - Assistência ao Idoso
		242 - Assistência ao Portador de Deficiência
		243 - Assistência à Criança a ao Adolescente
		244 - Assistência Comunitária
9	Previdência Social	271 - Previdência Básica
		272 - Previdência do Regime Estatutário
		273 - Previdência Complementar
		274 - Previdência Especial
10	Saúde	301 - Atenção Básica
		302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
		303 - Suporte Profilático e Terapêutico
		304 - Vigilância Sanitária
		305 - Vigilância Epidemiológica
		306 - Alimentação e Nutrição

11	Trabalho	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador
		332 - Relações de Trabalho
		333 - Empregabilidade
		334 - Fomento ao Trabalho
12	Educação	361 - Ensino Fundamental
		362 - Ensino Médio
		363 - Ensino Profissional
		364 - Ensino Superior
		365 - Educação Infantil
		366 - Educação e Jovens e Adultos
		367 - Educação especial
		368 - Educação Básica (3) (I)
13	Cultura	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico
		392 - Difusão Cultural
14	Direitos da Cidadania	421 - Custódia e Reintegração Social
		422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
		423 - Assistência aos Povos Indígenas
15	Urbanismo	451 - Infra-Estrutura Urbana
		452 - Serviços Urbanos
		453 - Transportes Coletivos Urbanos
16	Habitação	481 - Habitação Rural
		482 - Habitação Urbana
17	Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural
		512 - Habitação Urbana
18	Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental
		542 - Controle Ambiental
		543 - Recuperação de Áreas Degradadas
		544 - Recursos Hídricos
		545 - Meteorologia
19	Ciência e Tecnologia	571 - Desenvolvimento Científico
		572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
		573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20	Agricultura	605 - Abastecimento
		606 - Extensão Rural
		607 - Irrigação
		608 - Promoção da Produção Agropecuária
		609 - Defesa Agropecuária (4) (I)
21	Organização Agrária	631 - Reforma Agrária
		632 - Colonização
22	Indústria	661 - Promoção Industrial
		662 - Produção Industrial
		663 - Mineração
		664 - Propriedade Industrial
		665 - Normalização e Qualidade
23	Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial

		692 - Comercialização
		693 - Comércio Exterior
		694 - Serviços Financeiros
		695 - Turismo
<b>24</b>	<b>Comunicações</b>	721 - Comunicações Postais
		722 - Telecomunicações
<b>25</b>	<b>Energia</b>	751 - Conservação de Energia
		752 - Energia Elétrica
		753 - Combustíveis Minerais (2) (A)
		754 - B combustíveis (2) (A)
<b>26</b>	<b>Transporte</b>	781 - Transporte Aéreo
		782 - Transporte Rodoviário
		783 - Transporte Ferroviário
		784 - Transporte Hidroviário
		785 - transportes Especiais
<b>27</b>	<b>Desporto e Lazer</b>	811 - Desporto Rendimento
		812 - Desporto Comunitário
		813 - Lazer
<b>28</b>	<b>Encargos Especiais</b>	841 - Refinanciamento da Dívida Interna
		842 - Refinanciamento da Dívida Externa
		843 - Serviço da Dívida Interna
		844 - Serviço da Dívida Externa
		845 - Outras Transferências (I) (A)
		846 - Outros Encargos Especiais
		847 - Transferências para a Educação Básica (1) (I)

Fonte: Tesouro Nacional. (\*) Inclusões (I), Exclusões (E) ou Alterações (A); (1) Portaria SOF n. 37, de 16 de agosto de 2007; (2) Portaria SOF n. 41, de 18 de agosto de 2008; (3) Portaria SOF n. 54, de 04 de julho de 2011; (4) Portaria SOF n. 67, de 20 de julho de 2012.